

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

# CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DNs TCU nº 161 e 163/2017 , Portaria TCU no 65/2018 que dispões sobre orientações para confecção do Relatório de Gestão e das orientações do órgão de controle interno.



# Superintendente Regional JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

Chefe da Procuradoria Regional LÍVIO COÊLHO CAVALCANTI

Chefe da Divisão de Administração **LEILIANNE DUARTE GURGEL D'AVILA** 

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras AILTON ALEXANDRE DA SILVA

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário ERLON GUILHERME FERNANDES

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento CHRISTIAN DUARTE DO NASCIMENTO

Equipe de elaboração do Relatório de Gestão

Marciel Dutra Pereira Monteiro Yuri Marko Soares Reagan Targino dos Santos OS 01/2018

/	~	/	
RELATORIO	DE GESTAO	<b>EXERCICIO</b>	2017

# INCRA – SR 19

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional 19 – Rio Grande do Norte

### Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDR - Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

NE - Norma de Execução

OCI – Órgão de Controle Interno

OAR – Ouvidoria Agrária Regional

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PC – Plano de Compromisso

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SECIMA – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAR – Sistema do Cadastro Ambiental Rural

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária - Incra

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SNCCI- Sistema Nacional de Concessão e cobrança de Crédito Instalação

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

SR04 – Superintendência Regional do Incra em Goiás

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

# Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadro 1 – Identificação da unidade12
Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 113
Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 214
Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 317
Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 418
Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 519
Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 621
Quadro 8 – Execução descentralizada com transferências de recursos22
Quadro 9 — Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do
macroprocesso – Ordenamento da Estrutura Fundiária24
Quadro 10 – Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o
exercício de 201728
Gráfico 1 – Índice de cadastramento de imóveis rurais30
Gráfico 2 – Índice de análise de processos de certificação de imóveis31
Gráfico 3 – Índice de regularização fundiário31
Quadro 11 — Demonstração da análise de processo de regularização de imóveis rurais não
incluídos no Programa Terra Legal33
Quadro 12 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do
macroprocesso – Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de
assentamento34
Quadro 13 – Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados
no exercício de 2017 e anteriores para fins de registro
Quadro 14 — Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da
Superintendência42
Gráfico 4 – Índice de gastos com obtenção de terras45
Gráfico 5 – Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento45
Gráfico 6 – Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida45
Quadro 15 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações de
macroprocesso – Desenvolvimento de projetos de assentamento46
Gráfico 7 – Índice de acesso à água para consumo doméstico60

Gráfico 8 – Índice de provimento de PDA/PRA60
Gráfico 9 – Índice de acesso à moradia nos assentamentos61
Gráfico 10 – Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra
linha de crédito voltada à população61
Gráfico 11 – Índice de provimento de assistência técnica
Gráfico 12 – Renda média das famílias62
Gráfico 13 – Índice de parcelas supervisionadas63
Gráfico 14 – Índice de consolidação de assentamentos63
Quadro 16 – Resultados do atendimento ao público externo
Quadro 17 – Principais receitas72
Quadro 18 – Principais despesas72
Quadro 19 – Demonstrações contábeis74
Gráfico 15 – Estrutura de pessoal da unidade66
Gráfico 16 – Índice de abrangência de capacitação69
Gráfico 17 – Índice de horas de capacitação69
Quadro 20 – Informações sobre tomadas de contas especiais (TCEs) instauradas pela
Superintendência81
Quadro 21 – Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ84
Quadro 22 – Resultados do atendimento ao público externo86
Tabela 01 - PA's contemplados na Ação de Licenciamento Ambiental e na Ação de Gestão
Ambiental
Tabela 02 –Retificação e análise do cadastro ambiental rural – CAR – 201790
Tabela 03 – Relação dos acampamentos em 2017
Tabela 04 – Relação dos poços a serem perfurados em parceria com a FUNASA94
Tabela 05 - Declaração do Contador96

# Sumário

1- Apresentação	11
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	12
2.1- Identificação da unidade	12
3- Planejamento organizacional e resultados	13
3.1- Planejamento e resultados alcançados	13
3.1.1 – Objetivo Estratégico 1	13
3.1.2 – Objetivo Estratégico 2	14
3.1.3 – Objetivo Estratégico 3	17
3.1.4 – Objetivo Estratégico 4	18
3.1.5 – Objetivo Estratégico 5	19
3.1.6 – Objetivo Estratégico 6	21
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	23
3.3- Desempenho operacional	24
3.3.1 – Ordenamento da estrutura fundiária	24
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	64
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	64
4.2- Gestão de riscos e controles internos	64
5- Áreas especiais da gestão	66
5.1- Gestão de pessoas	66
6- Relacionamento com a sociedade	70
6.1- Canais de acesso do cidadão	70
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	72
7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	72
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativ	as74
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	
7.3.2 –Créditos a receber de parceleiros	77
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	80
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	80
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	80
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano	ao erário81
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrig disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	
9- Anexos e apêndices	84
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	84
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	86

9.3- Memória de cálculo dos indicadores	86
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	88

### 1- Apresentação

Em conformidade com o disposto nas IN TCU nº 63/2010, da NEs TCU nº 161 e 163/2017 vem apresentar à sociedade as ações e dispêndios de gastos na implementação e desenvolvimento da Política de Reforma Agrária no âmbito do estado do Rio Grande do Norte.

O principal objetivo da Reforma Agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, garantir que a terra cumpra sua função social. No entanto, neste Relatório de Gestão não se trata de fazer um detalhamento sobre a temática em tela, refere-se à responsabilidade que deve permear todos os gestores que têm em suas atribuições gerir receitas e despesas públicas.

Conforme a Lei Nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, " a responsabilidade na gestão... pressupõe a ação planejada e transparente, em se que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."

Na permanente perseguição de seus objetivos, atingir metas e resultados, tem-se despesas, porém a forma como esta despesa retorna para à sociedade é o que irá determinar se este cometimento da despesa alcançou o resultado esperado.

É oportuno destacar que na Reforma Agrária algumas mensurações são difíceis de serem realizadas: como aferir o quanto vale retirar da "linha abaixo da pobreza" famílias inteiras? Famílias sem condições de auto-sustentabilidade. Como taxar o valor da cidadania? Como medir as condições sociais proporcionadas às pessoas que antes de serem assentadas eram totalmente desprovidas de habitação, alimentação, educação e condições de trabalho?

Neste Relatório de Gestão do ano de 2017 será apresentada a busca desta Superintendência Regional, através de seus gastos (despesas) e execução de metas estabelecidas no Plano Plurianual em ofertar condições de cidadania aos usuários da Política Nacional de Reforma Agrária. A confecção do referido Relatório foi realizado a partir da OS n. 001/2018/SR(19)RN/G.

# 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

# 2.1- Identificação da unidade

# Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 01 – Identificação da Unidade

Poder e órgão de vinculação				
Poder: Executivo	Poder: Executivo			
<b>Órgão de vinculação:</b> Casa Civil da Pr	residência da República	Código SIORG: 1799		
Identificação da Unidade Juris	dicionada (UJ)			
Natureza jurídica: Autarquia Fe	ederal do Poder Executivo	<b>CNPJ:</b> 00.375.972/0018-09		
Principal atividade: Administra	ção Pública em Geral	<b>Código CNAE:</b> 84116-00		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373046		
Contatos				
<b>Telefones/fax:</b> 84 4006-2122 / 84 4006-2136				
Endereço postal: Rua Potengi, 612, Petropólis, CEP 59020-030, Natal/RN				
Endereço eletrônico: jose.guedes@ntl.incra.gov.br				
Página na internet: http://www.incra.gov.br/rn				

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
373046	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte	

~			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
37201	Instituto Nac	ional de Colon	nização e Reforma Agrária
Identificação d	os administradores		
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Superintendente Regional	José Leonardo Guedes Bezerra	155.151.174-68	01/01 a 31/12/2017
Substitutos			
Superintendente Regional – Substituta	Leilianne Duarte Gurgel D'Avila	680.162.804-63	Fevereiro: 16/02 Março: 16/03 a 17/03 Abril: 04/04, 10/04 a 11/04 Maio: 11/05 a 12/05 e 16/05 a 18/05 Junho: 07/06 a 09/06 e 27/06 Julho: 06/07 a 07/07, 13/07 a 14/07 e 27/07 Agosto: 15/08 a 16/08 e 23/08 a 25/08 Setembro: 08/09, 14/09 a 15/09, 20/09 e 28/09 a 29/09 Outubro: 03/10 e 13/10 Novembro: 02/11 e 07/11 Dezembro: 06/12 a 08/12, 11/12 a 12/12, 14/12 e 20/12 a 21/12.

RELATÓRIO DE GESTÃO **2017** 

### 3- Planejamento organizacional e resultados

### 3.1- Planejamento e resultados alcançados

Nesse item serão apresentados os objetivos estratégicos da Superintendência e os resultados que foram alcançados ao longo do ano de 2017.

#### 3.1.1- Objetivo estratégico 1

#### i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Quadro 02 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 1

Quanto 02 1 mile Estate Bree de mera cojenve 1			
Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	2000	114
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	2.160	640
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Famílias	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	539	157
Número de créditos instalação supervisionados	Créditos	2.100	104
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PA	15	42
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	PA	14	20
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	PA	3	26
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Profissionais	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissionais	103	164
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Trabalhador(a)	0	0

#### ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

As atividades inerentes a esse objetivo estão relacionadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. Das 11(onze) atividades, 03 (três) não apresentam estabelecimento de metas por estarem sendo geridas diretamente pela Sede deste órgão. A SR.19/RN teve dificuldade no cumprimento de algumas atividades relacionadas ao desenvolvimento de assentamentos, em razão de vários fatores que estão expostos nas análises dos resultados, dispostos no item 3.3.3 deste relatório.

#### Resultados previstos – objetivo 1

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Concluir a aplicação dos créditos descentralizados em exercícios anteriores;	Inserção dos processos no módulo de cobrança do SNCCI para que seja possível a cobrança/remissão	Atuar para consolidar e emancipar os assentamentos mais antigos, dando por concluído o processo da
Ampliar a concessão do crédito as famílias assentadas por meio do SNCCI;	dos processos de concessão do crédito instalação; Retomar o atendimento às famílias	Reforma Agrária nessas áreas.
Repassar a demanda de contratação e fiscalização das	por equipes de Assistência Técnica, com a assinatura de novos	

contratos;

#### 3.1.2- Objetivo estratégico 2

equipes de assistência técnica para

aplicação do crédito instalação.

supervisionando

#### i. Descrição

a ANATER; Continuar

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Quadro 03 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	unidade	2.500	3.879
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	unidade	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos		-	-
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	ha	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	ha	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	На	982	1.683
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	família	2.000	1.654
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Titulo	5.821	5.714
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS		-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	ha	0	26.380

#### ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A expedição de documentos visando titulação de assentamentos, em linhas gerais, alcançaram quase cem por cento da meta estabelecida. Se considerarmos isoladamente os — tipos de documentos expedidos, verificamos que os Contratos de Concessão de Uso — CCU's

ultrapassaram a meta de 5.200 e os Títulos de Domínio – TD's alcançaram pouco mais de cinquenta por cento da meta de 821. Análise mais detalhada desses resultados será apresentada no item 3.3.3.

No que diz respeito a governança fundiária a SR-19 focou na regularização jurídica dos Projetos de assentamentos, promovendo o georreferenciamento de acordo com a Lei 10.267/2001, com a respectiva averbação da planta a margem da matricula do imóvel, conforme determina o artigo 5°, da Instrução Normativa 30, de 24/02/2006.

Já foram realizadas cerca de 110 certificações de áreas de assentamentos, mas ainda é necessário levantamento de 170 áreas, não sendo possível realizar a tarefa com maior velocidade face falta de equipamentos topográficos mais modernos, pessoal suficiente e restrições orçamentárias.

Esta regularização é importante, pois dela depende futuras titulações dos assentamentos, em virtude de ser obrigatório o georreferenciamento para alterações das matrículas dos cartórios.

Na parte de gerenciamento da malha fundiária, foi dada prioridade aos treinamentos e manutenção da rede de UMC's – Unidades Municipais de Cadastramentos – sendo treinados 53 UMC's.

Foi iniciada no ano de 2016 a modalidade de mutirões cadastrais com o município de Major Sales, com resultados muito satisfatórios, inclusive com novos pedidos de adesão para mesma atividade por parte de municípios vizinhos

Contudo tal atividade foi interrompida no exercício de 2017, face restrição dos recursos e foco da superintendência na titulação dos assentamentos, pois a divisão fundiária, em virtude da expertise com os registros imobiliários, foi convocada pelo gabinete para levantar as situações jurídicas dos assentamentos com finalidade de deixá-los aptos para titulação.

Ainda no ano de 2017, foi mantida, apenas com alguns ajustes, a divisão do estado em dez territórios, adotada a partir do exercício de 2016, sendo os servidores do Serviço de Cadastro Rural designados para atuação por região,

Com a regionalização inicializada em 2016, foi constatada a possibilidade de um

maior controle das atividades de campo, tais como: visitas aos cartórios, prefeituras e sindicatos rurais.

A falta de orçamento suficiente para visitas regulares aos municípios contribui para dificultar uma maior capilarização da rede de unidades municipais de cadastramentos – UMC – tendo como consequência um maior número de inclusões cadastrais no SNCR, sendo que parte do treinamento de UMC's foi realizada na sede do INCRA, mas com adesão limitada das prefeituras municipais face restrições orçamentárias severas por parte dos municípios, em virtude da crise financeira nacional.

A descentralização do cadastro rural, apoio nas demarcações topográficas dos assentamentos para futuras titulações estão alinhadas com os planos estratégicos da instituição.

#### iii. Resultados estratégicos previstos

#### Resultados esperados – objetivo 2

Curto prazo 2017  Gerenciamento de cadastros:  Meta cumprida e resultados alcançados	Médio prazo 2019 (PPA)  Gerenciamento de Cadastros:  A estratégia de 2018/2019 será continuar a descentralização de análise cadastral e treinamento de UMC's. Sendo que a utilização de mutirões de cadastramentos nos municípios com baixo índice de cadastramento é uma ferramenta bastante eficaz para alcance da meta	Longo prazo 2020 em diante Gerenciamento de cadastro:  Descentralização massiva do cadastramento de imóveis, com possibilidade de cartórios e sindicatos rurais realizarem a implantação de dados no SNCR e equipe de servidores que supervisionarão as atividades in loco periodicamente e também continuar com o cronograma de recadastramento massivo por município através de mutirões.	
Imóveis com fiscalização cadastral  Nenhum imóvel fiscalizado em 2017	Imóveis com fiscalização cadastral  Fiscalização de 5 imóveis com áreas acima de 15 módulos até o ano de 2019, com preferencias nas regiões com menores incidências de cadastros ou com problemas dominiais.	Imóveis com fiscalização cadastral  Fiscalização de um total 50.000 ha, para verificação da regularidade das áreas levantadas, com finalidade principal de inclusão destas áreas no programa I3geo.	

Nº de imóveis georreferenciados:	Nº de imóveis georreferenciados:	Nº de imóveis georreferenciados
1683 imóveis georreferenciados, em sua maioria, lotes dos assentamentos aptos para titulação.	No ano de 2018/2019 continuarão sendo priorizadas as certificações das parcelas dos projetos de assentamentos do INCRA.	Implantação de todo o acervo de imóveis georreferenciados nos processos administrativos de desapropriação do INCRA no I3geo.  Realização de convênio com a SEARA – Secretaria da Reforma Agrária do RN - para georreferenciar e certificar as áreas do crédito fundiário (800 áreas), a depender de disponibilidade orçamentária.
Demarcação topográfica PA's:	Demarcação topográfica PA's:	Demarcação topográfica PA's:
Foram atendidas 1654 famílias, sendo cumprida, sendo cumprida 82% da meta, em virtude da restrição orçamentária.	No ano de 2018/219 serão priorizados os assentamentos inseridos no Programa Brasil sem Miséria, com títulos devolvidos, os aptos a titulação e passíveis de instalação de parques eólicos, através de demarcações diretas e através de empresas contratadas.	Face limitação de pessoal serão lançados pregões eletrônicos para contratações de empresas visando a demarcação de parte da demanda reprimida, dependendo da disponibilidade orçamentária.
Nº de imóveis regularizados via direta/indireta:	Nº de imóveis regularizados via direta/indireta:	Nº de imóveis regularizados via direta/indireta (convênio):
Entregue 525 títulos de processo de regularização fundiária do convênio com a SEARA-RN	Levantamento de 02 imóveis pertencentes a SPU com finalidade de regularização dos posseiros, nos municípios de São Tomé e Ceará Mirim.	Realização de estudos para realização de convênio com governo do estado para regularização fundiária em municípios com baixo índice de cadastramentos no SNCR e grande incidência de minifúndios.

# 3.1.3- Objetivo estratégico 3

#### i. Descrição

Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Quadro 04 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	5.000	7.902
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	imóvel	10	15
Número de famílias assentadas	famílias	0	5
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	1.636	0

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	0	528
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	parcelas	425	2.060

#### ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O resultado do número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas superou em quase 05 (cinco) vezes sua meta estipulada de 425 famílias. Esse resultado pode ser, em linhas gerais, justificado pela necessidade de regularização dos assentamentos visando a titulação e aplicação de créditos. Mais detalhes estão disponíveis na análise dos macroprocessos.

#### iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2017	2019 (PPA)	2020 em diante
Não houve obtenção de terras para ser incluída no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no exercício de 2017. Ressalvese, no entanto, que foram vistoriados 7902ha; ou seja, a meta de 5000ha, para o exercício; foi superada em 58%.	Potencial para 2018 e 2019, a desapropriação dos imóveis Areia Branca /Futuro, São Domingos, Pedra Branca, Terra Nova, Pegado etc.	Para o exercício de 2020, almejamos vistoriar cerca de 4000ha visando à desapropriação de imóveis que supram a um passivo de 200 famílias.

#### 3.1.4- Objetivo estratégico 4

#### i. Descrição

Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

Quadro 05 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4

	Atividade		Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de m Fomento Mul	nulheres atendidas p Iher	elo Crédito	Família	1.035	81
Número de m	ulheres beneficiári	as com ATER	Família	0	640

FONTE: SIATER - 2017

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Apesar dos avanços contidos no Decreto 9.066, de 31 de maio de 2017, que substituiu o

Decreto 8.256/2014, com novos conceitos de aplicação do Crédito Instalação, dentre os quais, a possibilidade de outros profissionais habilitados (servidores do INCRA ou de outros órgãos parceiros), além dos prestadores de Assistência Técnica, apresentarem projetos de estruturação da unidade produtiva para aquisição do crédito Fomento Mulher, podemos destacar a falta de regulamentação interna do Decreto, o pequeno quadro de servidores para atuar na elaboração do projetos produtivos e problemas recorrentes no Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, quanto a análise da instituição financeira, como fatores que inviabilizaram o atendimento desta meta que será melhor explanada nas análises dos macroprocessos deste relatório.

Quanto ao fornecimento de assistência técnica para mulheres assentadas, como em exercícios anteriores, não temos como dissociar as mulheres dos homens para quantificar somente as mulheres efetivamente atendidas pela ATER, logo, estimou-se o atendimento global que se teve em 2017.

#### iii. Resultados estratégicos previstos

#### Resultados esperados – objetivo 4

	resultados esperados objetivo i		
Curto prazo Médio prazo		Longo prazo	
2017	2019 (PPA)	2020 em diante	
Incrementar a concessão do crédito instalação na modalidade fomento mulher; Qualificar o maior número de mulheres possível aptas a acessar o Fomento Mulher.	Que as mulheres passem a contribuir na renda das famílias se empoderando nos momentos de tomada de decisão familiar.	Que os projetos financiados sirvam de base para que as mulheres "voem" mais alto, acessem novos financiamentos e ampliem a produção/comercialização de seus produtos.	

### 3.1.5- Objetivo estratégico 5

#### i. Descrição

Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Ouadro 06 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5

(			
Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup>	hectare	0	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	hectare	530,8024	0
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	relatório	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID	1	1

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	CCDRU	0	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	título	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	hectares	0	0

#### ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O ano foi marcado pelo contingenciamento orçamentário, contudo, ainda foi possível a publicação de 01 Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) correspondente a um território quilombola de 448,9959 hectares e o encaminhamento para a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) de 01 Conjunto Decreto, relativo a um imóvel inserido em território quilombola, de 30,4486 hectares, apto à desapropriação.

O processo do Conjunto Portaria do TQ Aroeira teve novos problemas de saneamento processual e recomendações da Procuradoria Jurídica, o que, lamentavelmente fez com que a publicação da Portaria Presidencial fosse adiada por mais um período.

Obs.: No ano de 2017 foram incluídos na planilha de monitoramento que acompanha a Ação "Vistoria e avaliação em áreas quilombolas", 67 processos de imóveis que somam 333,8865 hectares, entretanto os imóveis ainda não foram vistoriados, apenas tiveram seus processos abertos e incluídos equivocadamente na planilha, de forma que tal indicador de execução encontra-se prejudicado. A SR-19 ainda não vistoriou os imóveis e dessa maneira obteve o indicador 0 (zero) na categoria "imóveis vistoriados" (realizado), o que não prejudicou o cumprimento das metas por parte deste Setor.

O Setor poderia produzir bem mais, haja vista a demanda das comunidades quilombolas no Estado, todavia, a escassez de recursos humanos para conduzir os processos e atuar em campo para produção de RTIDs ainda são gargalos de dificil transposição para a implantação da política de titulação de territórios quilombolas pelo INCRA no Estado do RN.

# Ação: 210Z – PO 04: Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de Territórios Quilombolas.

- 530,8024 hectares (TQ Aroeira) aptos para publicação de Portaria Declaratória pelo Presidente do INCRA.

Este Setor Técnico iniciou a produção do Conjunto Portaria – que é o agrupamento de documentos a serem enviados para o INCRA Sede com vistas à publicação da Portaria Declaratória – ainda em 2017 e está em estágio bem avançado (faltando apenas a conclusão do Parecer Técnico saneador das recomendações prestadas pela Procuradoria Federal Especializada), entretanto, não houve condições para a conclusão ainda em 2017 tendo em vista, principalmente, o direcionamento de esforços para o acompanhamento em campo das atividades de vistoria e avaliação (desintrusão) no Território Quilombola Capoeiras (Macaíba/RN) e também a assessoria à Coordenação Estadual de Quilombos/RN no acompanhamento das ações judiciais (Incidentes de Inconstitucionalidade) que tramitavam no TRF Recife e no STF em Brasília, de acordo com o art. 15 do Decreto Presidencial 4887/2003.

#### iii. Resultados estratégicos previstos

- 01 Decreto desapropriatório encaminhado à Sede;
- 01 RTID publicado;

Resultados esperados – objetivo 5

Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2017	2019 (PPA)	2020 em diante
- Emissão de um título definitivo parcial (TQ Acauã); - Avaliação de 01 imóvel correspondente a 30,4486 ha (TQ Pavilhão); - Indenização de imóvel já avaliado de 65,8341 ha. (TQ B.V. Negros)	<ul> <li>Desintrusão do TQ Capoeira;</li> <li>Desintrusão do TQ Macambira;</li> <li>Conjunto Decreto TQ Aroeira.</li> </ul>	Publicação de 08 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) - Gameleira; - Geral; - Sítio Pega; - Sítio Sobrado; - Arrojado; - Sítio Lajes; - Bela Vista do Piató; - Negros do Riacho.

#### 3.1.6- Objetivo estratégico 6

#### i. Descrição

Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.

Quadro 07 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	jovens	0	0

FONTE: REL. 233 E BASE SIPRA 2017.

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Apesar de ter cumprido várias metas, mesmo com o bloqueio imposto pelo TCU através do Acórdão 775/2016 e, posteriormente, pelo Acódão 1976/2017, as cinco (05) famílias assentadas no exercício de 2017 foram decorrentes de transferências entre assentamentos de famílias já beneficiadas pelo PNRA, dentre estas nenhuma com o perfil da juventude rural.

Infelizmente, dentro das ações institucionalizadas por esta autarquia, não se tem recursos específicos, em nenhuma rubrica, para promoção da autonomia e emancipação da juventude rural, pois, como exemplo, não existe uma modalidade do crédito instalação que atenda/benefície especificamente este público. Assim, busca-se a inclusão desta parcela das famílias assentadas, os jovens, dentro de ações como atividades específicas com esse público desenvolvidas pelas prestadoras dos serviços de assistência técnica, além de vir abrindo vagas para jovens beneficiários da reforma agrária nos cursos ofertados por meio das parcerias com Instituições de Ensino por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), sempre com o escopo de qualificar os jovens para uma melhor condição e qualidade de vida quando no ingresso no mercado de trabalho.

#### iii. Resultados estratégicos previstos

Dagultadag	esperados –	abiativa	6
Resultados	esperados —	onienvo	n

Resultados esperados — objetivo o		
Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Dar continuidade e concluir curso (s) do PRONERA em execução.	Continuar dando oportunidade aos jovens nos processos de seleção de famílias para ingresso no PNRA.	Manutenção da juventude de ori- gem rural no campo, auxiliando suas famílias na produção ou pro- duzindo em seus próprios lotes de reforma agrária.
	Com relação ao PRONERA: aprovação e execução de um curso de nível médio ou superior.	Com relação ao PRONERA: aprovação e execução de um curso de nível médio ou superior por ano, até ter-se simultaneamente quatro cursos funcionando ao ano.

# 3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 08 – Execução descentralizada com transferência de recursos.

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes				
Quantidade de	e de 01 Pres		Dentro do prazo	-		
convênios vigentes	VI	Prestadas	Fora do prazo	-		
Total de valores	R\$ 1.845.785,68	Não prostados	Dentro do prazo	1		
repassados	K\$ 1.843.783,08	Não prestadas	Fora do prazo	-		

#### i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Esta Unidade possuía 1 (um) convênio vigente no exercício de 2017. Trata-se de convênio SICONV 701420, que deu origem ao Processo 54330.000474/2008-12, sendo repassados para atender às despesas desse instrumento, até o exercício de 2017, o importe de R\$ 1.845.785,68.

Em 27/06/2017 a convenente foi notificada para, no prazo de 30 (trinta) dias apresentar uma proposta de ação para retomada das obras do convênio, Projetos de engenharia com alterações devidas e novo Plano de Trabalho com prazo real para a conclusão das obras.

Considerando que não houve nenhuma manifestação da convenente sobre a documentação acima citada e que a vigência do convênio terminou em 30/12/2017, o INCRA deverá, de imediato, notificar a Convenente para recolher o saldo do Convênio e apresentar a Prestação de Contas dos recursos utilizados.

#### Cronograma para encerramento do Convênio:

Responsável	Providência	Prazo				
Concedente	Notificar a Convenente para apresentar a Prestação de Contas e	Imediato				
(INCRA)	Recolher o Saldo não utilizado					
	Receber as Obras que reúnam condições de Aceitação	30/04/2018				
	Analisar a Prestação de Contas Apresentada (Relatórios					
	Técnico e Financeiro)					
Convenente	Apresentar a Prestação de Contas e Recolher o Saldo não	Imediato				
(SAPE)	utilizado					

# 3.3- Desempenho operacional

### 3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Quadro 09 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações de macroprocesso - Ordenamento da Estrutura Fundiária.

	Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso											
	Descrição	Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira				
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar		
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado/unidade	2.500	3.879	15.500,00	25.500,00	24.405,92	23.596,63	18.655,92	-		
210U	0C-Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido/unidade	0	0	0	0	0	0	0	-		
210U	09-Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado/unidade	0	525	0	0	0	0	0	-		
210U	0A-Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado/unida de	982	1.683	4.957,00	0	0	0	0	-		
210U	0B-Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada/hectare	0	0	0	0	0	0	0	-		
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida /hectare	530,8024 (ha)	0 (ha)	13.191,00	13.191,40	13.138,74	12.140,34	11.427,12	-		
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada /hectare	0	0	0	0	0	0	0	-		

	Execução de restos a pagar										
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar			
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado/unidade	2.500	3.659	4,88	1.557,92	0	3.104,88			
210U	0C-Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido/unidade	0	0	0	0	0	0			
210U	09-Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado/unidade	0	525	0	3.200,0	0	0			
210U	0A-Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado/unidade	982	1.683	7.200,00	5.893,85	2.418,00	7.929,55			
210U	0B-Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada/hectare	0	0	0	0	0	0			
210Z	04-Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida /hectare	530,8024 (ha)	0 (ha)	1.841,74	41.850,09	4.866,67	5.612,74			
210Z	03-Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes De Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada /hectare	0	0	0	0	0	0			

#### 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

#### 1 - Da ação de atualização cadastral

A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural tem contribuído para o conhecimento fidedigno da malha fundiária, com qualidade e funcionalidade para organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares, como de Órgãos Públicos, facilitando as ações dos registros imobiliários com a certificação dos imóveis, controlando as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, o limite mínimo de parcelamento, evitando os minifúndios, identificando os imóveis passíveis de reforma agrária e os flagrados por órgãos públicos com trabalho escravo.

Tivemos uma realização de meta de gerenciamento de cadastros de 100% do previsto. Sendo a meta alcançada com participação das Unidades Municipais de cadastro (UMC's) e com os cadastros recepcionados pela Superintendência.

A ação de mutirões cadastrais foi iniciada em 2016 com o município de Major Sales, alcançando um resultado acima do esperado, mas foi interrompida no exercício de 2017, face restrições orçamentárias e priorização para titulação dos assentamentos.

#### 2 – Das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC's

**2.1)** Foram implantadas 06 UMC's – Unidades Municipais de Cadastramento - nas Prefeituras Municipais, cumprindo 100% da meta estabelecida, conforme Quadro abaixo:

SEQUENCIA	MUNICÍPIO	N° CONVÊNIO	MÊS DE IMPLANTAÇÃO (dd/mm/aaaa)
01	SANTO ANTÔNIO	2000/2017	22/02/17
01	CRUZETA	3000/2017	07/06/17
03	BREJINHO	7000/2017	20/06/17
04	VARZEA	13000/2017	19/10/17
05	ANGICOS	14000/2017	01/12/17
06	NISIA FLORESTA	15000/2017	27/12/17

**2.2)** Foram renovadas 10 UMC's – Unidades Municipais de Cadastramento - nas Prefeituras Municipais, cumprindo 100,0% da meta estabelecida, conforme Quadro abaixo:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

SEQUENCIA	MUNICÍPIO	Nº CONVÊNIO	MÊS DE IMPLAN- TAÇÃO (dd/mm/aaaa)
01	TENENTE ANANIAS	1000/2017	22/02/17
01	SERRA N. DO NORTE	4000/2017	07/06/17
03	BOM JESUS	5000/2017	20/06/17
04	CAICÓ	6000/2017	20/06/17
05	BARCELONA	8000/2017	29/06/17
06	APODI	9000/2017	06/07/17
07	TENENTE L. CRUZ	10000/2017	25/07/17
08	MACAIBA	11000/2017	25/07/17
09	RUY BARBOSA	12000/2017	13/09/17
10	AREIA BRANCA	16000/2017	27/12/17

Apesar do cumprimento da meta, não foram renovados uma maior quantidade de TCT face priorização na titulação dos assentamentos, o que demandou um apoio massivo dos servidores do cadastro rural no sentido de contribuir com o serviço de cartografía para concluir a parte jurídica dos assentamentos, deixando-os aptos para titulação.

#### 2.3) – Treinamento de Unidades Municipais de Cadastramento

A descentralização do SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural implicou no treinamento dos servidores das prefeituras e sindicatos, sendo treinados 53 servidores, batendo a meta em 100%.

MUNICÍPIO	MÊS DA CA- PACITAÇÃO (mm/aaaa)	_	MÊS DA CAPACI- TAÇÃO (mm/aaaa)
POÇO BRANCO	02/17	IPUEIRA	11/17
BODÓ	03/17	CURRAIS NOVOS	11/17
CARNAÚBA DOS DANTAS	08/17	TENENTE LAURENTINO CRUZ *	11/17
RIO DO FOGO	08/17	ACARI*	11/17
SANTO ANTÔNIO	09/17	PUREZA	11/17
ANGICOS	09/17	JARDIM DE ANGICOS*	11/17
PARELHAS	09/17	CEARÁ MIRIM	11/17
VIÇOSA	09/17	SÃO BENTO DO NORTE	11/17
TANGARÁ	10/17	UPANEMA	12/17
NÍSIA FLORESTA	10/17	TIBAU**	12/17
MACAÍBA	10/17	AREIA BRANCA *	12/17
SÃO FRANCISCO DO OESTE	10/17	TRIUNFO POTIGUAR	12/17
BOM JESUS	10/17	ALTO DO RODRIGUES	12/17
BARCELONA	10/17	ASSÚ	12/17
SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	10/17	CARAÚBAS	12/17
MOSSORÓ	10/17	AFONSO BEZERRA	12/17

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

TIMBAÚBA DOS BATISTAS	10/17	CARNAUBAIS	12/17
SÃO JOÃO DO SABUGI	11/17	IPANGUAÇU *	12/17
SERRA NEGRA DO NORTE	11/17	PORTO DO MANGUE *	12/17
CAICÓ	11/17	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	12/17
SÃO FERNANDO	11/17	LAJES	12/17
JUCURUTU	11/17	CERRO CORÁ	12/17

<sup>\*.</sup> Municípios que enviaram dois servidores

#### 3 – Da Fiscalização de Imóveis Rurais

Não foram designadas metas de fiscalização

#### 4 – Do georreferenciamento de imóveis rurais

A meta de georreferenciamentos de áreas e inclusão no SIGEF foi ultrapassada, sendo inseridos no SIGEF 1.683 áreas, sendo que desse total, 19 foram por meio do SNCI.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Quadro 10 - Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017

Rendimento na análise de processos de certificação de									
imóveis rurais durante o exercício de 2017									
Processos protocolados									
Estoque inicial de processos protocolados até 2017		0							
Processos protocolados em 2017	+	1.683							
Processos analisados em 2017	-	1.683							
Estoque final de processos protocolados em 2017	=	0							
Processos analisados	Processos analisados								
Estoque inicial de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		0							
Processos analisados em 2017	+	1.683							
Processos arquivados em 2017 (a)	-	0							
Processos certificados em 2017 (b)	-	1.683							
Estoque final de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	0							
Processos concluídos									
Processos arquivados em 2017 (a)	+	0							
Processos certificados em 2017 (b)	+	1.683							
Total de processos concluídos (a + b)		1.683							

#### Análise

Verificamos que o número de imóveis certificados no decorrer dos anos tem aumentado, tanto áreas privadas quanto públicas. Grandes empresas que possuem interesse em arrendar imóveis para instalação de parques eólicos e solares têm contribuído com a certificação de grandes extensões de áreas, aumentando a quantidade de imóveis na malha,

<sup>\*\*.</sup> município que enviou três servidores

somadas as certificações dos parcelamentos dos assentamentos aptos a titulação.

O comitê de certificação não possui passivos para análise no SIGEF, sendo que para o exercício de 2018 poderemos reavaliar o número de membros no intuito de prevenir futuras retenções de demandas.

A Divisão Fundiária conseguiu manter um fluxo de informações considerável com os Cartórios de Registros de Imóveis e com a sua entidade representativa de classe, no intuito de sempre retirar duvidas e para que sejam sempre adotados os melhores procedimentos e também correções de eventuais falhas encontradas.

Concluímos ser bastante satisfatório o desempenho de certificações das áreas de abrangência da SR-19, considerando que a maior parte das áreas incluídas no SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária - são de parcelas da reforma agrária.

Quanto ao passivo ainda existente para demarcação com certificação dos projetos de assentamentos, existe um cronograma levando em conta os PA's que tiveram títulos devolvidos, os aptos a titulação e posteriormente os mais antigos, sendo que cerca de 1/3 das áreas já foram concluídas, dependendo sobremaneira essa atividade do orçamento liberado.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Vide item 3.1.5, Ação 210Z, citado logo acima.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Quanto ao controle das informações, foi iniciado em 2014 uma descentralização dos dados, ficando cada setor (F1, F2, F3 e F4) responsável pela coleta dos dados e competindo ao chefe da divisão a compilação de todas as informações, visando dar uma maior agilidade e fidedignidade nos números.

A segregação das funções é observada sempre que a legislação demanda, sendo os processos enviados aos técnicos responsáveis por cada setor e depois de analisados são

revisados pela chefia, a qual se manifesta sobre o objeto dos referidos processos.

Periodicamente são revistas as normas internas e também estas ficam disponibilizadas para consultas por qualquer servidor, assim como os despachos ficam em pasta pública específica na rede do SEI.

Também no ano de 2018, para melhor controle e organização, continuamos a digitalização dos documentos E inserção no SEI – Sistema Eletrônico de Informações -, sendo criadas pastas internas para os relacionamentos com os cartórios e também um banco para certidões de registros imobiliários, ficando assim alinhados com o plano do INCRA de digitalização do acervo cadastral.

As solicitações de atualizações cadastrais também estão sendo inseridas no SEI para um maior controle de atendimento das demandas.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

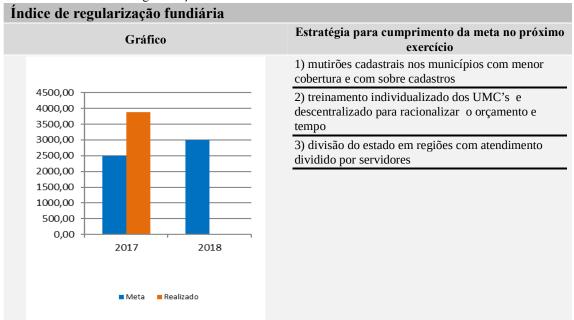
Índice de cadastramento de imóveis rurais Estratégia para cumprimento da meta no próximo Gráfico exercício 1) mutirões cadastrais nos municípios com menor cobertura e com sobre cadastros 4500.00 2) treinamento individualizado dos UMC's e 4000,00 descentralizado para racionalizar o orçamento e 3500,00 3000,00 2500,00 3) divisão do estado em regiões com atendimento 2000.00 1500,00 dividido por servidores 1000,00 500,00 0.00 2017 2018

Gráfico 01 – Índice de cadastramento de imóveis rurais.

Gráfico 02 – Índice de análise de processos de certificação de imóveis.



Gráfico 03 – Índice de regularização fundiária.



As metas de gerenciamento da fundiária foram cumpridas, incluindo cadastros no SNCR, renovações e novos Termos de Cooperação Técnica.

Continuando a análise critica, verificamos que o orçamento destinado para gerenciamento de cadastrado rural, que engloba várias ações, principalmente realizadas em campo, não foi suficiente para um bom acompanhamento junto aos municípios, mesmo tendo como pedra angular da governança fundiária a

descentralização do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

O serviço Quilombola poderia ter melhor desempenho, todavia a escassez de recursos humanos e orçamentários para conduzir os processos e atuar em campo para produção de RTID's ainda são gargalos de difícil transposição para a implantação da política de titulação de territórios quilombolas pelo INCRA no Estado do RN.

Os arquivos dos mutirões de georreferenciamentos realizados nos anos anteriores (1998, 2001, 2012) pelo cadastro rural serão digitalizados, assim como tabelas e fichas de consulta, com finalidade de melhor organizar o banco de dados físicos do cadastro rural.

As comunicações dos cartórios determinadas pela IN 82/2015 já estão sendo realizadas assim como a digitalização das mesmas.

Com a divisão das atividades do gerenciamento do cadastro em 10 territórios da cidadania, temos uma maior precisão nos números e acompanharemos da evolução cadastral em cada região, centrando esforços nas regiões que possuem maior deficiência, com participação nas audiências públicas, visitas as prefeituras, cartórios e sindicatos rurais, além de treinamentos e mutirões cadastrais, a depender da disponibilidade orçamentária do exercício.

A meta de georreferenciamentos dos projetos de assentamentos foi cumprida em 82%, com uma descentralização orçamentária de 60%. Reforçamos que as demarcações de áreas foram escolhidas conforme a seguinte ordem:

- 1 Projetos mais antigos
- 2 Projetos com títulos recolhidos;
- 3 Projetos aptos a titulação
- 4 Projetos com royalty de exploração petrolífera;

Focando num alinhamento com as metas operacionais no ano de 2018, será novamente dada preferência ao apoio na demarcação topográfica de assentamentos, ficando prejudicada a expansão da meta da ação de georreferenciamento de imóveis. É primordial a demarcação topográfica dos assentamentos e sua consequente regularização junto aos cartórios, pois esta

reflete diretamente na meta de titulação, em virtude de que somente com a certificação dos assentamentos, de acordo com a Lei 10.267/2001, Decreto 4.449/2002 e normas regulamentadoras do INCRA, é possível registrar os lotes no cartório. Esta escolha foi feita face o déficit de pessoal especializado no serviço de cartografia e grande número de atividades que requer o acompanhamento desses profissionais, inclusive dando apoio as divisões de Desenvolvimento e Obtenção.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

Quadro 11						
Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal						
Estoque inicial de processos protocolados em 2017						
Processos protocolados em 2017	+	0				
Analisados em 2017	-	525				
Estoque final	=	525				
Planejados para atuação em 2017						

Análise:

Para o ano de 2018 será dada prioridade ao fechamento do convênio CRT 21.000/2007. A realização de novo convênio está condicionada a esta situação.

A quantidade de títulos apresentada na meta foi entregue num evento acorrido na cidade de Caicó/RN em março/2017, referente ao convênio CRT 21.000/2007, sendo beneficiados posseiros dos municípios de: Jucurutu, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

# i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 12 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações de macroprocesso – Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento.

	Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso									
	Descrição	Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		ceira
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unid ade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
211B	07-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	5.000 (ha)	7.902	211.355,00	211.355,44	211.323,41	202.063,49	202.063,49	-
211B	06-Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada /unidade	0	5	0	5.600,00	5.288,73	3.688,73	3.688,73	-
211B	02-Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	1.635,97	0	72.972,00	73.042,16	72.972,06	0	0	72.972,06
211B	01-Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	528	0	0	0	0	0	-
211A	02-Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/mo nitorado /unidade	15	42	34.000,00	33.555,00	30.737,08	27.120,91	27.120,91	3.616,17
211A	05-Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	14	20	57.553,00	45.000,00	38.701,76	25.901,76	19.201,76	12.800,00

Execução de restos a pagar											
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar			
211B	07-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	5.000 (ha)	7.902	4.344,87	0	4.100,00	244,87			
211B	06-Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada /unidade	0	5	10.602,03	0	1.091,76	9.510,27			
211B	02-Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	1.635,97	0	24.842,64	0	24.842,64	0			
211B	01-Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	528,12	0	0	0	0			
211A	02-Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorad o /unidade	15	42	0	5.900,00	0	0			
211A	05-Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	14	20	248,40	1.901,00	0	821,40			

Análise:

# Ação 211B - Plano Orçamentário - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais:

No contexto do Plano de Meta para 2017, relativo às atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária; dos **5.000ha** programados **(100%)**, alcançouse um montante de **7.905ha (158%)**, portanto, extrapolando em **2.905ha (58%)** a meta planejada para o exercício, com um custo **4,4%** menor que a provisão recebida. Este fato se deu devido à priorização dos trabalhos de vistoria e avaliação pela Divisão de Obtenção de Terras da SR.

Para o exercício de 2018, no que pese o êxito logrado em 2017; optamos pela manutenção de meta similar à de 2017, relativa à vistoria de uma área de **5.000ha**.

Dentro dessa ação, existe na meta física relativa à elaboração de 10 estudos de cadeia dominial, valendo salientar, no entanto, que o total efetuado foi 15 de cadeias, extrapolando, portanto, em 50% a meta estabelecida.

Os imóveis vistoriados, nas modalidades de Vistoria Preliminar, Vistoria Conjunta e Vistoria para Avaliação, foram:

VISTORIA PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS:

VISTORIA PARA OBTENÇÃO DE IMOVEIS RURAIS:			
Imóvel	Tipo de vis- toria	Município	ÁREA ME- DIDA (ha)
Pegado	Avaliação	Santa Maria	951,7483
Fazenda Primavera / Lageado / Carrasco	Avaliação	João Câmara	532,1740
Baixa Verde	Conjunta	Mossoró	1.795,7154
PEDRA BRANCA	Conjunta	São Pedro	541,6586
Umbuzeiro de Cima	Conjunta	Passa e Fica	2.288,3281
Arizona / Cravo	Conjunta	João Câmara	1.260,4591
Fazenda Primavera / Lageado / Carrasco	Preliminar	João Câmara	532,1740
TOTAL:			7.902

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Os estudos de cadeia dominial contemplaram os seguintes imóveis:

#### **CADEIA DOMINIAL**

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA – ha.
FAZENDA PRIMAVE- RA/LAGEADO/CARRASCO	JOÃO CÂMARA	532,1740
UMBUZEIRO DE CIMA	PASSA E FICA	2.090,8800
SERRA CAIADA	SERRA CAIADA	4,3000
SERRA CAIADA	SERRA CAIADA	468,4000
SERRA CAIADA	SERRA CAIADA	?
FAZENDA SANTA MARIA	TOUROS	333,7200
FAZENDA PUNAÚ	RIO DO FOGO	200,9600
FAZENDA SANTA CRUZ	TOUROS	575,6935
FAZENDA SANTA CRUZ II	JOÃO CÂMARA	214,8270
FAZENDA SANTA CRUZ	JOÃO CÂMARA	413,0000
FAZENDA VERA CRUZ	MONTE ALEGRE	518,8183
FAZENDA CACHOEIRINHA/ SANTA NEUSA	SÃO PAULO DO PO- TENGI	589,2893
SANTA LUZIA	JOÃO CÂMARA	461,0000
POUSA I	BENTO FERNANDES	431,7178
POUSA II	BENTO FERNANDES	545,6293
TOTAL:	15	7.380

Na mesma ação ainda foram periciados os seguintes imóveis:

### PERÍCIA:

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA DO IMÓ- VEL(ha)
FAZENDA MAISA (PA Maisa).	Mossoró	19.702
GLEBA I- BOA CICA/PARTE e GLEBA III-PICADA DA LINHA/PARTE (PA Canudos)	Touros	763
TOTAL:	2	20.465

Ainda, na mesma ação, foi elabora a Planilha Referencial de Preços, contemplando pesquisas em diversos municípios do Estado, no âmbito de 6 mercados regionais de terras eleitos.

#### PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇO

MUNICÍPIO				
Diversos municípios do Estado (6 mercados regionais de terras).				
TOTAL:	1			

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

# Ação 211B - Plano Orçamentário - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária:

Diante do bloqueio imposto pelo TCU através do Acórdão 775/2016 e, posteriormente, pelo Acódão1976/2017, a Meta e execução física não contemplam famílias assentadas. Os valores empenhados, liquidados e pagos nessa ação, foram devido à seleção, cadastro e acompanhamento de famílias acampadas.

# Ação 211B – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária:

Com relação ao Quadro 12 (Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso e Execução de restos a pagar); Ação 211B, 02-Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, a meta de 1.635,97ha se refere ao imóvel Areia Branca / Futuro encravado no Município de Assu – RN, cuja ação de desapropriação do imóvel não foi ajuizada em 2017.

## Ação 211B — Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária:

Com relação ao Quadro 12 (Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso e Execução de restos a pagar); Ação 211B, PO 01-Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária se refere ao imóvel Época.

#### Ação 211A -PO02- Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária:

Neste ano de 2017 foi possível realizar vistoria/visita em 42 Assentamentos Federais de Reforma Agrária com o objetivo de realizar monitoramento ambiental, fiscalização ambiental, palestras para esclarecimentos sobre a Legislação Ambiental e regularização de atividades passíveis de serem licenciadas que são desenvolvidas nos Assentamentos.

A meta inicial desta Ação era vistoriar 40 PA's, no entanto, no final de novembro/2017 houve a repactuação desta meta para realização de 14 vistorias. No entanto, superamos esta meta ao

vistoriar 42 PA's no ano de 2017, e que se justifica a otimização do recurso destinado para esta Ação, visto que na programação de uma semana se torna possível vistoriar, em média, 05 PA's. Na Ação de Gestão Ambiental prestamos assistência técnica aos assentados para a solicitação da Autorização de Supressão Vegetal no Órgão Ambiental Estadual IDEMA, documento que regulariza a atividade de desmatamento nos PA's. Neste ano de 2017 foram protocoladas 26 Autorizações de Supressão Vegetal e foram liberadas 27 Autorizações de Supressão Vegetal.

No item 9.4 consta tabela contendo a relação dos PA's contemplados na Ação de Licenciamento Ambiental e na Ação de Gestão Ambiental.

# Ação 211A PO05- Regularização Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária:

Foi possível protocolar 20 Licenças de Instalação e Operação – LIO's no Órgão Ambiental Estadual IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte). Nossa meta era protocolar 14 Licenças e superamos esta meta com o protocolo de 20 LIO's. Deste total de 20 Licenças, 10 Licenças são processos de renovação de LIO's que se encontravam vencidas, e 10 Licenças se referem a processos de novas LIO's.

No nosso Estado temos um Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo INCRA/RN perante o Ministério Público Federal, IBAMA/RN e IDEMA. Informamos que do total de 287 Assentamentos de Reforma Agrária existentes no nosso Estado (RN), 270 Assentamentos já foram contemplados com o protocolo da LIO.

2) Foi dada continuidade na regularização dos Assentamentos de Reforma Agrária no Cadastro Ambiental Rural – CAR, em atendimento a Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Enfatizamos que o INCRA/sede celebrou parceria com a Universidade Federal de Lavras para a inscrição dos perímetros dos PA's no Cadastro Ambiental Rural (CAR), no entanto, o CAR solicita, além da área do perímetro do imóvel, a inscrição das áreas de Reserva Legal, dos recursos hídricos, das áreas antropizadas/consolidadas e das áreas com cobertura de vegetação nativa existente nos Assentamentos. No ano de 2017 foi possível fazer a regularização/retificação de 73 PA's no Cadastro Ambiental Rural.

Vide item 9.4 – Tabela com retificação e análise do cadastro ambiental rural – CAR - 2017.

•

- ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)
- 1 Durante o ano de 2017 foi executado trabalhos de vistorias de fiscalização e avaliação em 7.902ha. Essas atividades foram executadas por equipes composta de 2 Peritos Federais Agrários e 1 topográfico. As vistorias foram executadas nas microrregiões de demandas mais significativas por terras por pelos trabalhadores rurais sem terra. Para o ano de 2018, a meta de vistoria de fiscalização e avaliação de Imóveis Rurais, contempla 5.000 ha, devendo incidir em microrregiões de maiores demandas por terra, especificamente em terras de domínio privado, observada a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para tal.
- 2 O Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) está sendo observado para cada imóvel vistoriado com parecer técnico favorável à desapropriação.
- 3 Não houve obtenção de terra no ano de 2017.
- 4 Não foi criado Projeto de Assentamento no ano de 2017.
- iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Os valores descontados no exercício, referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente; obedecem a um procedimento adotado, sistematicamente, há muitos anos nas avaliações de imóveis rurais com passivos ambientais, figurando, portanto, em cada laudo de avaliação de imóvel tecnicamente viabilizado, para fins de desapropriação.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

- 1 Protocolo de Licença Ambiental: Informamos que neste ano foi possível protocolar 20 Licenças de Instalação e Operação LIO's no Órgão Ambiental Estadual IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte).
- 2 No estado do Rio Grande do Norte está faltando 17 LIO's em projetos de assentamentos, meta estipulada por nossa divisão para 2018, sendo necessária a liberação de aproximadamente R\$ 60.000,00 para pagamento de diárias, combustível e locação de viaturas.
- 3 Não foi executado nenhum projeto de recuperação ambiental em PA no ano de 2017, sob a responsabilidade do INCRA/RN.
- 4 Foram executadas 42 ações de gestão ambiental onde destacamos a educação ambiental nos assentamentos, visando à preservação dos recursos naturais, o respeito à Legislação Am-

biental e a regularização de atividades que envolvam recursos naturais.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

#### A respectiva ação não compete a Superintendência Regional – SR19.

Quadro 13 – Cronograma de levantamento das informações sobre imóveis desapropriados no exercício de 2017 e anteriores para fins de registro.

## Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2017 e anteriores para fins de registro

#### Deliberação acórdão 557/2004 - TCU-Plenário - item 9.2.6

- 9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:
- 9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);
- 9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;
- 9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Ação 1 – Seleção e qualificação dos processos de obtenção (Compra e Venda e Desapropriação) matriculados em cartório em nome do INCRA	288	31 de dezembro de 2018	SR-19/T – SR-19/T-1
Ação 2 – Formalização de processos para Registros Contábeis.	248	31 de dezembro de 2018	SR-19/T – SR-19/T-1
Ação 3 — Prosseguir no encaminhamento dos processos à SR-19/A para lançamento no (SPIUnet).	248	31 de dezembro de 2018	SR-19/T – SR-19/T-1
Ação 4 – Efetuar as matrículas em cartório em nome do INCRA dos imóveis ainda faltantes.	152	31 de dezembro de 2018	SR-19/T – SR-19/T-1, PFE
Ação 5 — Registro Contábil no SPIUnet, conforme Orientação Técnica N.º01/15/DAC/DA, de 05 de outubro de 2015 (com prazo até 31/12/2018) anexa ao processo N.º54330.000269/2016-59 (fls. 03-07).	288	31 de dezembro de 2018	SR-19/A (Patrimônio e Contábil).

No contexto da Ação 1 – Seleção e qualificação dos processos de obtenção (Compra e Venda e Desapropriação)

matriculados em cartório em nome do INCRA; no exercício de 2017, a Divisão de Obtenção de Terras (SR-19/T) encaminhou para a Administração lançar no SPIUnet, 40 processos, sendo 35 processos de Desapropriação e 5 processos de Compra e Venda, de um total de 288 processos de obtenção de imóveis rurais por desapropriação e compra e venda, restando, para execução em 2018, 248 processos, valendo salientar que, desse total, 9 processos já foram encaminhados em 2018.

Quadro 14 - Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência Conforme Decreto 433/1992					
Conta contábil	Descrição	<b>Valor (R\$)</b> Saldo em 31/12/2017			
1.2.3.2.1.04.21	IMOV A REGISTRAR DESTINADOS A REFORMA AGRARIA	10.412.568,88			
1.2.3.2.1.04.24	IMOV REGISTRADOS DESTINADOS A REFORMA AGRARIA	0,00			
1.2.3.2.1.01.09	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	31.312.332,74			

#### vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

O processo de registro dos imóveis é realizado a partir da montagem e disponibilização pelas Divisões de Obtenção da Superintendência Regional, dos "kits" com os dados dos imóveis, preferencialmente reavaliados segundo as Diretrizes da Diretoria de Obtenção, mediante entendimento entre o INCRA, TCU, STN e SPU, decorrente de inúmeras reuniões ocorridas ao longo de 2017.

Uma vez completos os "kits", os mesmos devem ser inseridos em processos individuais para cada imóvel e enviados para a Divisão de Administração da respectiva Regional, que por sua vez, providenciará o registro dos imóveis no SPIUnet, seja por meio do Setor de Contabilidade ou de Patrimônio, ambos já capacitados para tal tarefa. Após o registro dos imóveis ou da reavaliação no SPIUnet, o saldo das contas no SIAFI é automaticamente atualizado.

Além disto, o Acórdão TCU - 1320/2017 que trata da Prestação de Contas da República do exercício de 2016, traz a seguinte menção "Considerando que o plano de ação estabelecido pelo Incra para registro e contabilização dos imóveis incorporados ao patrimônio da autarquia se estende até o encerramento de 2018, mostra-se apropriado acompanhar a evolução dos trabalhos no próxima auditoria do BGU, salientando que a ausência de registro dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária em contas contábeis específicas leva ao descumprimento do Acórdão 557/2004-TCU-Plenário"

Pelo exposto, resta evidenciado pelo próprio Tribunal de Contas da União, que o INCRA

apresentou plano de ação, cuja vigência se estende até o final de 2018. Com base nas informações extraídas do SPIUnet (tabela anexa) em fevereiro de 2018, temos um total de 1.494 imóveis registrados em âmbito nacional no SPIUnet/SIAFI.

Em relação aos Imóveis de responsabilidade desta Superintendência, verifica-se que foram cadastrados 34 (trinta e quatro) de um total de 287 (duzentos e oitenta e sete) imóveis, o que representa um percentual em torno de 12 %.

O trabalho do registro dos imóveis no SPIUNET começou, efetivamente, em setembro/2017, após a capacitação de Servidor recém-lotado no Patrimônio que, inicialmente, enfrentou alguns entraves de ordem burocrática e operacional, dentre os quais podemos citar a falta de computadores; processos com peças faltantes e/ou informações desencontradas, falta de capacitação de servidores que atuaram na formação dos KITS para registro e dificuldades com o Sistema Eletrônico implantado em Outubro/2017 no INCRA.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

1 - Na jurisdição da SR-19 existem aproximadamente 5.420 famílias acampadas em 64 acampamentos, sendo que 90% deles estão situados num raio de aproximadamente 100 km. do Município de Natal. As famílias acampadas almejam ser assentadas em projetos de assentamento do programa nacional de reforma agrária. Os custos projetados para o assentamento deste contingente são de aproximadamente R\$ 60.000,00/família.

Relação dos acampamentos em 2017 vide item 9.4.

- 2 Não houve implantação de projetos de assentamento em 2017. Prevemos a criação de novos projetos de assentamento em 2018, mormente dos imóveis Areia Branca /Futuro, São Domingos, Pedra Branca, Terra Nova, Pegado etc., a depender dos recursos orçamentários disponíveis para tal finalidade.
- 3 Conforme dados do setor de titulação emitimos 437 Títulos de Domínio em 2017 e 5.215 CCU's no mesmo período.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

A Divisão de Obtenção de Terras, a exemplo das demais, encaminha, mensalmente, ao setor de Planejamento desta SR-19/RN, planilha elaborada pela Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão (DEA), relativa ao Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR que tem como objetivo a aferição dos dados físicos da Autarquia por meio do Módulo, permitindo, também, atender às exigências dos órgãos de controle (CGU e TCU), gerando informações e indicadores para a composição dos relatórios demandados por estas instituições, em especial o Relatório de Gestão, elaborado de forma individual por cada uma das 30 SR e Sede.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física deverão ser inseridos no Módulo pelos Asseguradores de Planejamento até o 10º dia do mês seguinte à execução, e os Superintendentes Regionais deverão validar as informações inseridas até o 15º dia do mês.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A – Não houve aquisição de terras para ser incluída no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no exercício de 2017. No entanto, vemos, como potencial para 2018, a desapropriação dos imóveis Areia Branca /Futuro, São Domingos, Pedra Branca, Terra Nova, Pegado etc.

#### B - Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

A meta física para o ano de 2017 era a o protocolo de 14 licenças ambientais dos assentamentos, mesmo com as dificuldades enfrentadas, chegamos a 20 licenças protocoladas, com um índice de protocolos de licença ambiental superior a 42% da meta.

C - Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR). Todos os 289 Projetos de Assentamento do estado são contemplados com o Cadastro Ambiental Rural – CAR, mas, em 2017 foram feitas retificações em 73 PAs, com as mudanças ambientais identificadas.

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Gráfico 04 – Índice de gastos com obtenção de terras.

### Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Gráfico

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não Houve desapropriação em 2017

Gráfico 05 – Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento.

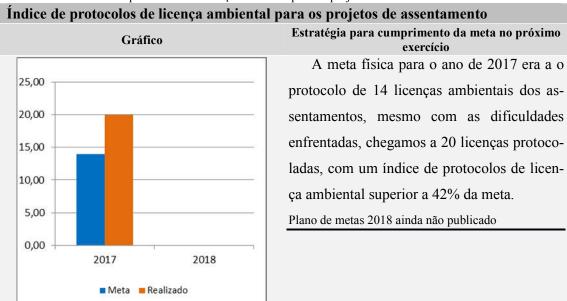
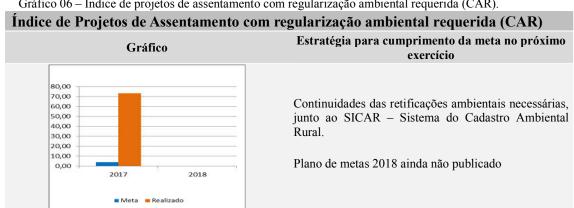


Gráfico 06 – Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR).



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

### 3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

#### i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 15 – Demonstração dos resultados de execução física e financeira das ações de macroprocesso – Desenvolvimento de projetos de assentamento.

	Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso									
	Descrição	Execuç	ão físic	a	Execu	ção orçame	entária	Execu	ıção finan	ceira
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
210S	03 -Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida/unidade	1.060	640	1.060.000,00	1.063.000,00	1.061.641,28	494.098,57	494.098,57	-
210S	01-Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado/unidade	0	0	0	0	0	0	0	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida/unidade	2.000	114	0	38.518,07	0	0	0	-
211A	08-Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida/unidade	539	157	106.112,00	31.833,59	31.592,77	24.063,47	19.370,38	-
211A	03-Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada/unidade	0	0	0	0	0	0	0	-
211A	01-Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado/unida de	2.100	104	77.165,34	164.675,59	118.242,79	82.945,71	42.475,52	-
211A	0A-Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada/unida de	425	2.060	237.370,00	290.570,03	275.879,86	206.063,60	179.354,51	-
211A	09-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida/unidade	2.000	1.654	800.000,00	477.347,01	475.057,82	300.546,56	273.423,67	-
211A	04-Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de Titulação expedido/unidade	5.821	5.714	95.440,00	120.439,64	91.172,10	61.158,56	41.266,31	-
210T	01-Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado /unidade	0	0	0	0	0	0	0	-
210T	03-Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	0	164	310.000,00	0	0	0	0	-
210T	02-Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado /unidade	39	0	0	0	0	0	0	-

	Execução de restos a pagar							
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	03-Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida/unidade	1.060	640	3.398,35	55.441,79	0	61.586,63
210S	01-Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado/unidade	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida/unidade	2.000	114	0	0	0	0
211A	08-Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida/unidade	539	157	27.887,04	2.601,59	19.768,90	1.256.601,93
211A	03-Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada/unidade	0	0	1.000.600,00	0	14.999,75	1.000.600,00
211A	01-Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado/unidade	2.100	104	3.089,75	2.673,50	1.120,25	2.448,50
211A	0A-Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada/unidade	425	2.060	64.571,55	2.600,00	49.662,16	14.909,39
211A	09-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida/unidade	2.000	1.654	165.922,49	1.823,93	36.414,37	172.955,22
211A	04-Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de Titulação expedido/unidade	5.821	5.714	39.627,48	4.090,27	19.808,24	19.819,24
210T	01-Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado /unidade	0	0	2.500,00	4.634,94	0	7.208,00
210T	03-Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	0	164	0	0	0	0
210T	02-Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado /unidade	39	0	0	0	0	0

#### Análise:

Ação 210S – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

Esta Ação se caracteriza como sendo um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, executado através de uma equipe técnica multidisciplinar que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuárias inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

O ano de 2017 foi iniciado com um único contrato em vigência na Superintendência (Contrato INCRA / IDEC - Lote 02 - São miguel do Gostoso - Região Mato Grande). No mês de novembro foi realizado o distrato amigável deste contrato, devido aos constantes atrasos de recursos orçamentários/financeiros que impactaram negativamente no cumprimento do contrato até o final de sua vigência, 06/02/2018, comprometendo a continuidade das atividades dos serviços de ATER.

O ano de 2017 foi encerrado com atendimento de serviços de ATES a 640 famílias (60% da meta) distribuídas em 12 Projetos de Assentamento, em 12 municípios do Rio Grande do Norte. Justifica-se esse resultado abaixo da meta à considerável diminuição de famílias atendidas por ocasião dos bloqueios oriundos das ações do Tribunal de contas da União – TCU, que impossibilitaram o acesso às políticas de Reforma Agrária as mesmas.

A meta orçamentária prevista foi de R\$ 1.060.000,00 (hum milhão e sessenta mil reais), porém a provisão recebida foi de R\$ 1.063.000,00 (hum milhão e sessenta e três reais); deste total empenhou-se R\$ 1.061.641,28 (hum milhão e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos). Ao final do ano de 2017, o total de despesas liquidadas e pagas foi de R\$ 494.098,57 (quatrocentos e noventa e quatro mil, noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos);

Sobre os Restos a Pagar de exercício anterior não foi pago nenhum valor no exercício de 2017. Ressalta-se que o montante de R\$ 61.586,63 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos) inscritos em restos a pagar refere-se ao saldo que ficou da rescisão contratual de 2017 que ficaram para ser liquidadas no ano de 2018.

Quanto a Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural informa-se que não foi formado nenhum agente no âmbito da Superintendência, por não ter meta estipulada.

#### Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

A meta prevista para a concessão de Crédito Instalação foi de 2.000 (duas mil) famílias beneficiadas, sendo que no decorrer do ano, em virtude de vários fatores, só foi possível a efetiva aplicação para 114 (cento e quatorze) famílias.

Visando cumprimento da meta, foram analisados mais de 1500 processos individuais em 2017, objetivando à qualificação das pretensas famílias beneficiárias, porém, devido a vários fatores decorrentes dessas análises, dentre os quais, os bloqueios oriundos do TCU e as irregularidades cadastrais, só foi possível lançar no Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, aproximadamente 950 beneficiários. Deste montante, considerando a necessidade de análise por parte da instituição financeira e seu aval para prosseguimento da aplicação do crédito, com assinatura do contrato e solicitação de pagamento, somente 114 créditos foram efetivamente aplicados, já que o critério estipulado para considerar meta alcançada é crédito depositado na conta. A problemática de operacionalização dos entraves causados pelas críticas das análises da instituição financeira, por demais causam morosidade no processo de aplicação dos créditos, com informações vagas sobre as pendências identificadas nas análises que não são claras suficientes para a busca de soluções e prosseguimento da aplicação.

Todos esses fatores contribuíram para o não alcance da meta do exercício de 2017 mas, por outro lado, nos deixam um trabalho iniciado para que as famílias não beneficiadas sejam contempladas com créditos no exercício de 2018.

A publicação do Decreto 9.066, em 31 de maio de 2017, em substituição ao Decreto 8.624/2014, trouxe alguns avanços na aplicação do crédito instalação, tendo como o principal destes, a inclusão de novos atores para atuarem como elaboradores de projetos de unidades produtivas, necessários para a liberação de alguns créditos.

Essa alteração possibilitou a aplicação dos créditos modalidade Fomento, Fomento Mulher e Semi-Árido com projetos elaborados, não só, por técnicos de empresas de assistência técnica contratadas pelo INCRA, como na legislação anterior, mas também por servidores do

órgão e por técnicos de órgãos municipais, estaduais e federais que estabeleçam acordo de cooperação, convênio ou outro instrumento congênere com o INCRA.

Desta forma, considerando que a modalidade mais viável de aplicação é o Fomento Mulher, por ser um crédito ainda pouco aplicado no órgão, essa mudança, em tese, traria facilidades em sua aplicação. Ocorre que, com o deficit de servidores na SR.19, restou-se prejudicada a opção de utilização de técnicos do órgão. Assim, não foi possível atender uma demanda expressiva de famílias em razão da elevada demanda de serviços atribuída à Divisão de Desenvolvimento, contrapondo com a baixa capacidade operacional. A outra opção de celebração de parcerias ainda foi intentada por essa SR mas por problemas de interpretação da legislação foi embargada pelo órgão de assessoria jurídica, a Procuradoria Federal Especializada — PFE, até normatização do aludido Decreto que, até o presente momento, não ocorreu.

Apesar desses contratempos, ainda foi possível analisar e lançar, preliminarmente, no sistema quase 1.000 (mil) créditos, contudo, diante da necessidade de atendimento às orientações da PFE e do alto volume de irregularidade cadastral dos beneficiários, tivemos que desacelerar o processo e, consequentemente, alcançar somente 10% (dez por cento) desse montante, isto considerando apenas as famílias com informação da data de disponibilização do crédito registrada no Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI).

No exercício de 2018, continuaremos atuando no sentido de concluir a aplicação/recolhimento dos créditos remanescentes do modelo antigo de aplicação e da nova modalidade, além da qualificação e atualizações cadastrais necessárias a liberação do crédito, para iniciar, efetivamente, a concessão dos créditos nas modalidades Apoio Inicial, Complementação e Fomento Mulher para as unidades familiares que atendam os condicionantes normatizados.

## Ação 211A (Implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento)

A SR-19 trabalhou, no exercício de 2017, mais uma vez, no sentido de dar prosseguimento aos instrumentos (Convênio, Contratos, Termos de Compromisso, etc.) firmados em exercícios anteriores, a exemplo do convênio firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), descrito em Relatórios de Gestão anteriores, que visa a realização de diversas ações para garantia de abastecimento hídrico às famílias de PA's de 03

(três) territórios do Rio Grande do Norte. A SAPE não deu continuidade nos trabalhos deste convênio no primeiro semestre de 2017. Esforços foram demandados para retomada dos trabalhos, com a montagem de equipe de técnicos deste órgão, que fizeram medições e vistorias em conjunto com os técnicos daquela Secretaria, na esperança de retomada e conclusão das obras, mas que, infelizmente, não foram realizadas e o convênio encerrou-se em 30/12/2017 sem termos alcançado nosso objetivo de garantia de abastecimento hídrico àquelas famílias.

No final do exercício de 2017, também foi firmado um convênio com a Prefeitura de Afonso Bezerra visando aquisição de uma perfuratriz que beneficiará os assentamentos deste município e outras comunidades rurais, conforme quadro demonstrativo abaixo:

PA	Município	Nº de famílias
Progresso		120
Alto da Felicidade	Afonso Bezerra	364
Paraiso II		80
	TOTAIS	564

Em razão do exíguo tempo para conclusão dos procedimentos normativos para celebração do convênio em 2017, a sua execução se dará no exercício de 2018.

Estamos emanando esforços para captação de demandas hídricas para o exercício de 2018, por intermédio de parceria com a FUNASA. Nesta fase inicial, foram apresentadas demandas de 93 (noventa e três) poços profundos a serem perfurados em 65(sessenta e cinco) projetos de assentamento, para atendimento de 6.459 (seis mil quatrocentas e cinquenta e nove) famílias: *Vide Tabela 04 do item 9.4* 

Continua a participação desta SR.19 em reuniões e fóruns de discussão com outros órgãos de Estado (SEMARH, SAPE, IGARN, dentre outros) para levantar e repassar demandas de necessidade e opções de abastecimento de água para consumo humano às famílias situadas no interior do RN.

Foi desenvolvido um sistema pelo Comitê Estadual, do qual o INCRA/RN faz parte, que reuniu dados de recursos hídricos de diversos órgãos e está sendo consolidado sob a coordenação da SEMARH/RN. Este comitê é composto por representantes de diversos órgãos (além do INCRA/RN, temos representação da própria SEMARH, da Secretaria de Estado da

Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, do Instituto de Gestão das Águas do RN – IGARN, da Companhia de Águas e Esgotos do RN – CAERN, dentre outros).

O referido sistema tem por objetivo montar uma base de dados atualizada com informações dos pontos de recursos hídricos já existentes e disponíveis no RN, bem como para apresentar e concatenar as ações de cada órgão, de forma a evitar a sobreposição de ações em uma mesma localidade/comunidade, otimizando e melhor distribuindo o pouco recurso público disponível para a realização de ações desta natureza.

No decorrer do ano passado, O INCRA recebeu, por meio de finalização de convênio com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso a construção de uma escola no Assentamento Antônio Conselheiro, para atender 157 famílias ali assentadas. Esse trabalho foi acompanhado e vistoriado pela nossa equipe de infraestrutura.

#### Ação 211A (Fomento à agroindustrialização e à comercialização – TERRA SOL):

Não se aplicou esta ação na SR no exercício de 2017.

# Ação 211A (Supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação às famílias assentadas da reforma agrária):

A Supervisão do crédito instalação teve sua meta estipulada em 2.100 supervisões, onde 104 créditos foram supervisionados, constando nas diversas modalidades de crédito como apoio Inicial I e a Aquisição de Material de Construção/Recuperação oriundos de descentralizações de anos anteriores. Essa Ação precisa ser melhor tratada no exercício de 2018, considerando que em 2017 as dificuldades de definição de prioridades atrapalharam na execuções. O montante de R\$ 42.475,52 custeou as viagens, não só, dos técnicos que fizeram supervisão de crédito mas também as viagens necessárias à aplicação de crédito instalação.

#### Ação 211A (Supervisão ocupacional de projetos de assentamento):

Regulamentada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 71/12, datada de 17/05/2012, as atividades de supervisão ocupacional de projetos de assentamento, atuam em sua grande maioria na identificação das irregularidades cometidas pelos beneficiários (não moradia efetiva, exploração inadequada e descumprimento da legislação relativa ao meio am-

biente). Neste mesmo aspecto se soma as situações de ocupações irregulares por terceiros sem anuência do INCRA, ocupações em áreas destinadas para reserva legal e preservação permanente dos projetos, bem como áreas comunitárias e parcelas que não estão cumprindo a sua função social.

Com base na diretriz da SR, no exercício de 2017, de foco na entrega de títulos(Contratos de Concessão de Uso – CCU e/ou Título de Domínio – TD) às famílias assentadas, foi realizado um planejamento de supervisão ocupacional para atender aos critérios necessários à qualificação das famílias para receberem esses documentos. Diante da relação de PA's passíveis de titulação, disponibilizados pela Divisão Fundiária, foi realizado programação para visita pelos técnicos da Divisão de Desenvolvimento, onde as atividades de supervisão estão sob a responsabilidade de apenas 10(dez) servidores, onde os mesmos acumulam outras atividades como: cumprimento de decisões judiciais referentes a reintegração na posse de parcelas ocupadas irregularmente, aplicação de crédito instalação, elaboração de projetos para aplicação de créditos, etc.

Pontualmente, outra fonte de demandas são as denúncias apresentadas nesta Superintendência Regional ou encaminhadas pelos Órgãos Judiciais.

No exercício de 2017 foi estabelecida uma meta de supervisão ocupacional de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) parcelas, todavia, foram realizados trabalhos que totalizaram a supervisão em 2.060 (duas mil e sessenta) parcelas, ultrapassando em quase 400%(quatrocentos por cento) a meta estipulada.

Importante consignar que em 12/07/2017, foi publicada a LEI N° 13.465, conversão da Medida Provisória nº 759/2016, que alterou substancialmente o conceito de ocupação irregular em projetos de assentamento. Em 16/10/2017 foi publicada em Boletim de Serviço a Nota Técnica Conjunta DD/DT nº 10-A, regulamentando tais mudanças. Diante disso, foi realizado na SR.19 discussões visando entendimento deste normativo para aplicabilidade, no exercício de 2018, nos trabalhos a serem desenvolvidos em novas situações apontadas e aquelas que já estão curso.

Os recursos utilizados nesta rubrica se destinaram ao pagamento de diárias e custeio dos deslocamentos dos técnicos a campo (locação de viaturas, combustível, manutenção, etc.).

#### Ação 211A (Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento):

A execução direta tem se mostrado eficaz e com um custo mais baixo que a contratação de empresas especializadas, mas esbarra na limitação de pessoal e em equipamentos antigos, não permitindo uma execução dos trabalhos com maior celeridade.

A programação do ano de 2018 será a demarcação de assentamentos mais antigos e assentamentos que tiveram títulos devolvidos. Para possibilitar o atendimento da meta será necessária a contratação de empresa especializada através de pregão para execução dos assentamentos maiores.

DESENVOLVIMENTO - AÇÃO 211-A - PO 09						
	PARCEI	AMENTO				
PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS/ LOTES ATEN- DIDAS**	DATA/MÊS DE PUBLICA- ÇÃO DO CONVÊNIO / CONTRATO NO D.O.U OU DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	DATA/MÊS DO TERMOS DE ACEITA- ÇÃO PROVI- SÓRIA OU DEFINITIVA DOS SERVI- ÇOS.		
NOVA VIDA	UPANEMA	60	Abril/17	mai/17		
LAGOA NOVA II	IELMO MARINHO	60	Abril/17	jul/17		
SÃO SEBASTIÃO	IELMO MARINHO	240	Abril/17	jul/17		
SÃO SEBASTIÃO III	UPANEMA	65	Março/17	abrl/17		
PALHEIROS	UPANEMA	354	Março/16	nov/17		
SERROTE/SERRA BRANCA	SÃO RAFAEL	245	Março/16	nov/17		
CORDÃO DE SOMBRAS	MOSSORÓ	117	Julho/17	nov/17		
FREI DAMIÃO	APODI	39	Março/17	abrl/17		
ENCRUZILHADA	MACAU	27	Abril/17	jul/17		
TRÊS DE AGOSTO	LAJES	80	Junho/17	jul/17		
SANTO ANTÔNIO	GOV D. SEPT. ROSADO	39	Junho/17	abrl/17		
VASSOURAS	MOSSORO	28	Março/17	abr/17		
	TOTAL	1354				

PERIMETRO					
MUNICÍPIO	FAMÍLIAS/LOTES ATENDIDAS**	DATA/MÊS DE PU- BLICAÇÃO DO CON- VÊNIO / CONTRATO NO D.O.U OU DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	DATA/MÊS DO TERMOS DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA OU DEFINITIVA DOS SERVIÇOS.		
TOUROS	300	novembro/17	dez/17		
	TOTAL	300			

# Ação 211A (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento):

A meta estabelecida para o exercício de 2017 de emissão de documentos de titulação foi de 5.821 (cinco mil, oitocentos e vinte um) documentos expedidos, sendo 5.000 (cinco mil) Contratos de Concessão de Uso – CCU e 821 Títulos de Domínio – TD. Foram expedidos 5.652 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois) documentos, sendo 5.215 (cinco mil, duzentos e quinze) CCU's e 437 (quatrocentos e trinta e sete) TD's.

Pode-se observar que a meta de CCU's foi extrapolada, enquanto a meta de TD's alcançou pouco mais de 50% (cinquenta por cento). Esse resultado é facilmente explicado pelos critérios adotados para recebimento do TD pelo beneficiário. O considerável número de irregularidades identificadas nos PA's, quando realizadas supervisões e verificações cadastrais, deixam pequena margem de beneficiários a serem considerados aptos a receberem tal documento. Esse fato torna moroso, e até muitas vezes inviável, a titulação nos assentamentos dependendo do grau de irregularidade.

Para o exercício 2018, a SR(19)RN continuará envidando esforços no sentido de titular as famílias que se encontrarem aptas, conforme os normativos em vigor.

Os recursos utilizados nesta Ação foram empregados em diárias de servidores para vistoria nos PA para atualizações cadastrais e, posteriormente, entrega dos documentos titulatórios, assim como, em locação de veículos, manutenção e combustível destes.

#### Ação 210T-PO01: PRONERA, que concerne a AÇÃO DE FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR:

No ano de 2017, deu-se continuidade da segunda turma do curso superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (processo n. Nº 54330.000455/2015-15 / TED), parceria entre o INCRA e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atendendo 56 estudantes de

vários assentados do Rio Grande do Norte, sendo a meta inicial: 60 alunos. A parceria vem sendo acompanhada através de visitas in loco e de reuniões periódicas com a coordenação do projeto. Cumpre ressaltar que a parceria se dá através de Termo de Cooperação (atualmente, chamado de Termo de Execução Descentralizada), tendo sido publicado no DOU em 24/05/2013. Ainda em 2017, houve a terceira etapa de outra parceira com a UFRN, desta vez com vistas na oferta do curso superior de Licenciatura em Ciências Sociais, que teve como pretensão atender 60 estudantes de vários Estados do Nordeste. Por razões de não comprovação da condição de beneficiários do PRONERA, apenas 44 vagas foram preenchidas, muito embora a UFRN tenha aberto um novo processo seletivo complementar em 2015, para preencher as vagas ociosas. Cumpre ressaltar que a parceria se dá, através de Termo de Execução Descentralizada (antes chamado de Termo de Cooperação), tendo sido publicado no DOU em 25/08/2014.

Também nessa ação, deu-se início a execução de outro curso. O Curso de Geografia - IFRN/João Câmara (RN) - Coordenado pelo Prof. Matheus Augusto Avelino Tavares foi aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional (CPN do PRONERA) em reunião dos dias 04 e 05 de abr. de 2017 (Brasília/DF), a partir da demanda do de movimentos sociais. A meta é atender 60 alunos. Ao todo são 164 alunos em formação nos três cursos no âmbito do Rio Grande do Norte. DEMAIS AÇÕES DO PRONERA: Não houve metas previstas, em razão da falta de projetos elaborados por parte dos IES.

#### ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

O foco das ações do Serviço de Infraestrutura é a promoção e garantia da qualidade de vida das famílias assentadas. A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

O Serviço de Infraestrutura vem tentando com todos os esforços realizar ações para minimizar o deficit de infraestrutura nos Projetos de Assentamentos, através de contratações diretas e realização de convênios.

O controle das ações de infraestrutura ocorre de forma compartimentalizada, com registro em planilhas eletrônicas, com registro de demandas, controle e acompanhamento de contratos e processos administrativos.

A priorização para a realização das obras ocorre na medida em que as demandas são apresentadas pelas associações e movimentos sociais. Diante deste cenário, identifica-se a real necessidade de obtenção de informações consistentes sobre a infraestrutura, dificuldades e potencialidades existentes, com vistas a ampliar as possibilidades de planejamento da SR, sem prejuízo à orientação mencionada nos normativos.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

O aumento contínuo do quantitativo de assentados, contrastando com a diminuição permanente dos recursos orçamentários e do quadro de servidores ativos, ocasionado pelas aposentadorias e a saída de servidores para outros órgãos, dificulta sobremaneira a verificação segura do cumprimento da função social. Com base nesse cenário, a SR tem se desdobrado para suprir as carências ocasionadas pela falta de estrutura operacional do órgão, otimizando os recursos disponibilizados. O resultado superavitário de 2.060 (duas mil e sessenta) famílias supervisionadas é o resultado desse esforço.

Os relatórios gerados nas vistorias in loco dos servidores da Divisão de Desenvolvimento da SR.19 tem subsidiado o Gabinete da Superintendência com informações relevantes para tomada de decisão quanto à retomada de parcelas improdutivas e destinação das mesmas a novas famílias de trabalhadores rurais que se encontram a espera de regularização.

Nesse sentido, as vistorias da situação ocupacional podem resultar no ingresso de nova família no PNRA ou na adoção de medidas para retomada das parcelas sem possibilidade de regularização, e assentamento de nova família.

Concomitantemente, as equipes de servidores do INCRA desempenham, o combate à ocupação irregular e venda de parcelas em projetos de assentamento, orientando as famílias assentadas quanto à proibição da alienação das terras a terceiros e da possibilidade de exclusão do PNRA, bem como das consequências legais.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

#### 1. Crédito Instalação

Inicialmente, cabe ressaltar que com a publicação da Portaria nº. 352, de 18 de junho de

2013, foi determinado o recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação, depositados pelo INCRA nas contas bancárias abertas para esse fim. Contudo, em muitas situações, a execução do crédito junto aos beneficiários já estava iniciada e, por essa razão, foi solicitado o restabelecimento dos respectivos recursos. A Sede do INCRA, em Brasília/DF, é quem compete decidir sobre a viabilidade ou não de tais solicitações, com o restabelecimento dos valores para algumas contas. O prosseguimento na aplicação dos recursos nas respectivas obras se manteve, sendo fiscalizada e acompanhada pelos técnicos até a finalização da obra. Ressalta-se ainda que com as novas modalidades de créditos criadas pelo Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014, que foi substituído posteriormente pelo Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017, a concessão dos créditos passou a ser operacionalizada com base nestes referidos Decretos. Em 2017 foram aplicados apenas 114 créditos, devido a problemas operacionais com o sistema SNCCI, dentre outros já relatados anteriormente.

Desde 2013, com a publicação da Portaria Interministerial nº 78, de 08 de fevereiro de 2013, houve a entrada dos assentados no público de possíveis beneficiários do Programa MCMV pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, entre as competências do INCRA, estabelecidas no artigo 3º da referida Portaria, destaca-se o fornecimento às entidades organizadoras e aos agentes financeiros a Relação de Beneficiários (RB) da reforma agrária atualizadas.

#### 2. Agroindustrialização

Não houve atividades vinculadas ao Programa Terra Sol na SR.

#### 3. Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização

Dada as circunstâncias de escassa abrangência do Programa de ATES na SR, com apenas 01 (um) contrato vigente e não cumprido integralmente, onde sequer foi possível atender plenamente as famílias com assistência técnica, quiçá algum mais voltado e especializado na promoção/ampliação da agroindustrialização nos projetos de assentamento.

#### 4. Educação no campo

O INCRA com a parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), deu

continuidade no atendimento de estudantes de vários assentados do Rio Grande do Norte do curso Gestão de Cooperativas, além da oferta dos cursos superior de Licenciatura em Ciências Sociais com 44 vagas e de Geografia - IFRN/João Câmara (RN), a partir da demanda dos movimentos sociais. Ao todo são 164 alunos em formação nos três cursos no âmbito do Rio Grande do Norte.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

O Superintendente Regional tem como referência, para o controle e monitoramento de todas as ações e atividades geridas, verificar todos os normativos vigentes e utiliza os sistemas informatizados da Autarquia (a exemplo do Sistema de Protocolo de Processos – SISPROT, o Recém implantado SEI- Sistema Eletrônico de Informações, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ), além de planilhas desenvolvidas no Excel, onde são monitorados cada atividade/Ação, que são inseridas na página wiki.incra.gov.br e no SIR – Sistema de Informações Rurais. Além disso, são elaboradas Ordens de Serviço para os trabalhos desenvolvidos em campo e em escritório, visando um melhor controle e responsabilização pelas atividades e mensalmente é realizado um monitoramento pela Diretoria de Gestão Estratégica (DE) na SEDE das ações desenvolvidas.

Ademais, as ações desenvolvidas nesta SR sempre se encontram em coadunância com o que é estabelecido pela direção da Autarquia (INCRA SEDE), pois no início de cada exercício participa-se de reuniões (na SEDE ou por meio de videoconferências) onde são definidas e alinhadas as metas institucionais e, por conseguinte, sua distribuição por SR, considerando sempre que possível o público de famílias assentadas e o número de servidores que compõe cada SR.

Registra-se que no caso específico da SR(19)RN, foi construído o Sistema de Atendimento ao Público (SAP) para registrar as demandas apresentadas na SR e monitorar seu atendimento, pela possibilidade de consulta a cada demanda por meio do número de protocolo gerado, o que melhorou de sobremaneira o controle interno e o acesso a informação do público demandante.

Salienta-se, todavia, que esta Autarquia agrária carece modernizar e normatizar alguns procedimentos de rotina, como, por exemplo, implantando um instrumento eletrônico para o acompanhamento do fluxo dos processos administrativos, sendo que o que consideraríamos — mais próximo do ideal era a instauração do "processo virtual", como ocorre na esfera da

Justiça Federal.

Outrossim, a manutenção regular e organizada dos arquivos internos também propiciam um ambiente de maior controle das atividades por parte do Gestor, apesar dos problemas concernentes à disposição física destes, havendo necessidade de criação de arquivo digital dos processos para consultas mais rápidas dos mesmos, onde infelizmente esta SR não dispõe de equipamentos nem de força de trabalho suficiente para execução direta desta ação e também não se dispõe, até onde sabemos, de orçamento para contratação deste serviço.

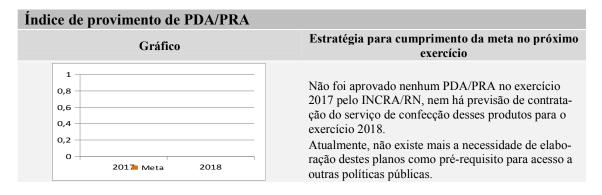
vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de acesso à água para consumo doméstico Estratégia para cumprimento da meta no próximo Gráfico exercício Como relatado anteriormente, o acesso à água pelos 1 beneficiários ficou prejudicado em razão do não cumprimento dos convênios firmados em exercícios 0,8 anteriores que estavam em execução no ano de 2017. 0,6 A estratégia para o exercício de 2018 é buscar captar recursos para solucionar o problema da falta de água 0,4 potável nos núcleos urbanos dos assentamentos (escavações de poços artesianos, caixa-d'água e rede 0,2 hidráulica). 0 201 Meta 2018

Gráfico 07 – Índice de acesso à água para consumo doméstico.

Gráfico 08 – Índice de provimento de PDA/PRA.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Gráfico 09 – Índice de acesso à moradia nos assentamentos.

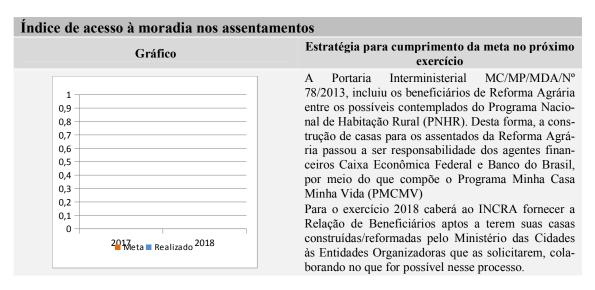


Gráfico 10 – Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada a população.

## Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

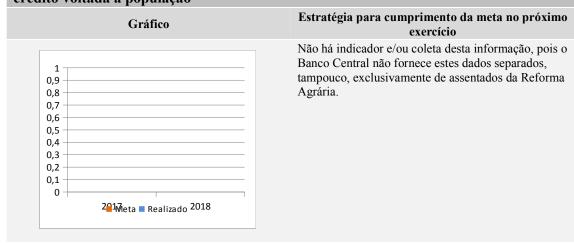
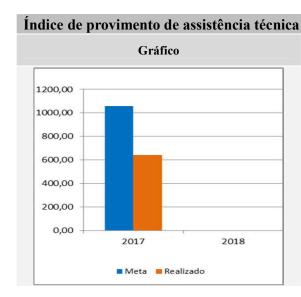


Gráfico 11 – Índice de provimento de assistência técnica.



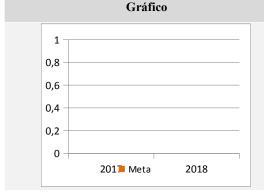
## Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A meta estabelecida para o exercício de 2017, era de 1.060 (um mil, sessenta) famílias atendidas, entretanto, tivemos o encerramento de dois contratos, chegando ao final do exercício com apenas 640 (seiscentas e quarenta) famílias atendidas.

Não há previsão de autorização de novas contratações para o exercício 2018.

Gráfico 12 - Renda média das famílias.

## Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)



## Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Esta Regional não possui estudo sobre a renda média das famílias assentadas no Rio Grande do Norte.

A única informação é por meio do SIPRA – Sistema de Informação Programa de Reforma Agrária, onde os beneficiários do programa informam por ocasião de atualização em seus dados ou quando solicitam a emissão de sua DAP - Declaração de Aptidão.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Gráfico 13 – Índice de Parcelas supervisionadas.

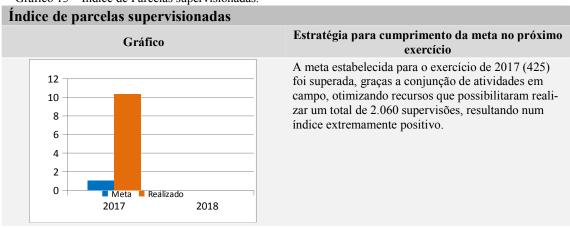


Gráfico 14 – Índice de consolidação de assentamentos.



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.

Vide Gráfico 07

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

### 4- Governança, gestão de riscos e controles internos

#### 4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

A identificação de riscos das atividades praticadas pela SR/19 e avaliação da capacidade em minimizar, evitar ou corrigir eventuais falhas ou irregularidades, papel primordial dos controles internos de uma instituição, é realizada pela sede em Brasília, e, até o ano de 2017 não houve aporte de tais controles ou orientação para aperfeiçoamento nesta regional.

Assim a observância da ação pratica por servidores e gestores em conformidade às leis, normas e políticas aplicáveis na gestão pública, ainda ocorre em momento posteriori a execução do ato administrativo praticado, carecendo ser implementada uma interação entre o órgão central do controle interno e as demais unidades do INCRA.

#### 4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Conforme a Teoria do Controle, controlar um objeto significa influenciar seu comportamento de modo a obter um resultado desejado.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Os controles são exercidos sede/BSB, sendo os principais sistemas utilizados por esta Superintendência Regional, o Sistema de Administração Financeira/SIAFI, Sistema de Administração de Pessoal/SIAPE, Sistema Integrado Administração de Serviços Gerais/SIASG, Sistema de Convênios/SICONV, todos obrigatórios para administração pública e são monitorados pelos órgãos de controles, como os Ministérios do Planejamento e Ministério da Transparência.

Os sistemas criados para o INCRA e utilizados por esta Superintendência Regional são o Sistema de Informações de Reforma Agrária/SIPRA, Sistema de Cadastro Rural/SNCR e o Sistema Nacional de Cobrança de Créditos do Incra /SNCCI.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

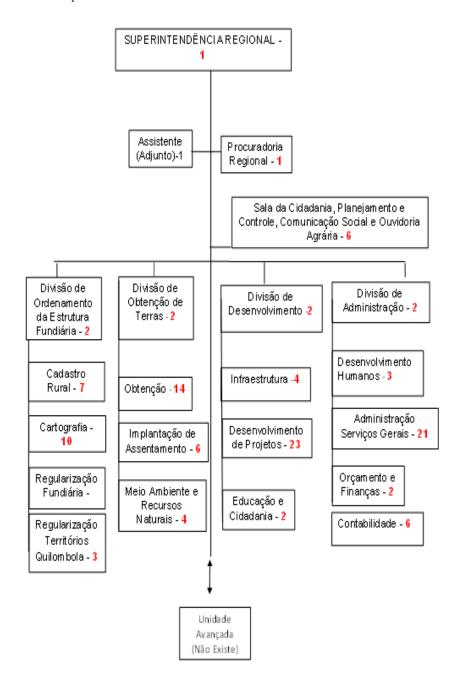
A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

## 5- Áreas especiais da gestão

## 5.1- Gestão de pessoas

#### 5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade

Grafico-15 Estrutura de pessoal da unidade



De acordo com o organograma acima o gabinete da Superintendência conta com 1 (um) servidor ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo que exerce a função de Superintendente Regional. Cabendo ao Superintendente planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da unidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente do INCRA.

Logo abaixo temos a Sala da Cidadania, Planejamento e Controle, Comunicação Social e Ouvidoria Agrária. Atuando nesses setores a SR-19 contou com um número de 6 (seis) servidores, sendo uma Assistente Social, (01) um Auxiliar de Administração e 02 (dois) Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário e 01 (um) técnico agrícola e um cargo em DAS que atendem a demanda de trabalho nesses setores.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária conta com 20 servidores que ocupam cargos efetivos de Assistente de Administração, Topógrafo, Técnico Agrícola, Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Fiscal de Cadastro e Tributação Rural, Desenhista, Assistente Técnico, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e Agente de Vigilância. Estes divididos nos setores de Cadastro, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas, que exercem as atividades previstas no Art. 2°, inciso I e alíneas de A a J , da Portaria nº 20 de 08/04/2009, publicada no D.O.U de 09/04/2009 (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Na Divisão de Obtenção de Terras temos o número de 21 servidores que ocupam cargos de Engenheiro Agrônomo, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Radiotelegrafista, Agente de Portaria, Assistente de Administração e Técnico em Cadastro Rural. A Divisão se divide nos setores de Obtenção, Implantação de Assentamento e Meio Ambiente e Recursos Naturais, exercendo as atividades previstas no Art. 116, incisos I, II e III, Alíneas de A a G, da Portaria nº 20 de 08/04/2009, publicada no D.O.U de 09/04/2009 (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

A Divisão de Desenvolvimento encontra-se 31 servidores ativos, ocupantes dos cargos de Técnico Agrícola, Técnico em Colonização, Agente de Atividades Agropecuária, Técnico em Contabilidade, Engenheiro Civil, Agente de vigilância, Assistente de Administração, Engenheiro Agrônomo, Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Orientador de Projetos de Assentamento, Economista e

Agente de Portaria. Os servidores desta Divisão estão divididos nos setores de Infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos e Educação e Cidadania, desenvolvendo as atividades previstas no Art. 117, incisos I, II e II, todas as alíneas, da Portaria nº 20 de 08/04/2009, publicada no D.O.U de 09/04/2009 (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Por fim, a Divisão Administrativa que conta com 28 servidores, ocupantes dos cargos de Assistente de Administração, Técnico Administrativo, Analista Administrativo, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Técnico de Contabilidade, Agente de Vigilância, Artífice, Contador e Motorista, divididos nos setores de Desenvolvimento Humano, Orçamento e finanças, Contabilidade, Administração e Serviços Gerais. Estes desenvolvendo as atividades descritas no Art. 114, incisos I, II, III e IV, todas as alíneas da Portaria nº 20 de 08/04/2009, publicada no D.O.U de 09/04/2009 (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

As ações de capacitação na Superintendência Regional foram executadas sem repasse de recursos pelo INCRA/SEDE devido ao contingenciamento de orçamento pelo Governo Federal ao INCRA no ano de 2017, dessa forma, o desafio consistiu em disponibilizar a ação de capacitação através de cursos gratuitos e com aproveitamento das potencialidades e conhecimentos do nosso próprio corpo técnicos.

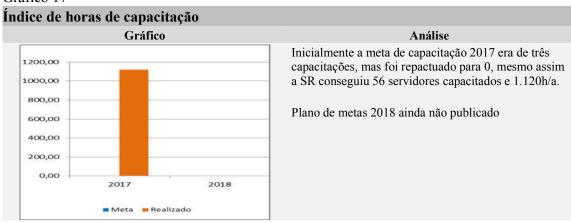
Diante disso a Superintendência conseguiu alcançar 56 oportunidades de capacitação atingindo uma carga horária total de 1.120 h/a.

Assim sem disponibilização de recursos, realizamos Curso Presencial com a instrução do nosso Procurador Federal, que também é professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e ofertamos o I Curso de Instrução Processual aos servidores desta Regional.

Gráfico 16



Gráfico 17



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

## 6- Relacionamento com a sociedade

## 6.1- Canais de acesso do cidadão

Quadro 16 – Resultado do atendimento ao público externo

Quadro 10 -	Resultado do atendimento ao publico e.					
Demanda e d	Demandas registradas pela Ouvidoria em 2017  Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referencia à atuação da Superintendência					
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo			
Denúncia	Grande quantidade de ocupações irregulares ocorridas no PA Ponta do Mel, município de Areia Branca/RN, ocorrendo demanda por parte do MPF junto a Ouvidoria Agrária Nacional através do <i>Inquérito Civil Público nº</i> . 1.28.100.000178/2011-57.	Prazo concedido até o final de 2016, sendo estendido até o mês de março de 2017, entregue o Relatório Final através do Ofício nº. 137/2017/INCRA/GAB. (recebido dia 09/03/2017)	Demanda Especifica da Ouvidoria			
Denúncia	Denuncia realizada através do MEMO nº. 14/2017/OAN, foi diligenciado através de visita <i>in loco</i> , sendo conversado diretamente com o Sr. João Galdino Saldanha (Senhor bastante idoso e debilitado) e sua filha, a Sra. Sandra, sendo verificado que se trata de demanda da Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária – SEARA, titulada no ano de 2016, conforme documentos apresentado pelo requerente.	Atendido e encaminhado para OAN, na qual ficou constatado que a demanda se encontra judicializada no município de Assu pelo Sr. João Galdino e pelos "eventuais invasores", se encontrando em fase de decisão judicial, fato que ocorreu inclusive 2 (duas) audiências na tentativa de resolução do caso, conforme processos abaixo descritos	Atendido em 15 dias. (abril de 2017)			
Reclamação	Não temos conhecimento					
Sugestão	Não temos conhecimento					
Pergunta	Eventuais Ocupações de em margens de Rodovias Estaduais e Federais ocorridas não decorreram de pautas do INCRA, mas de demandas especificas do Governo do Estado do RN.	Na ocasião não foi solicitado a presença ou intervenção do INCRA, já que se tratava de demandas especificas do estado do RN.	Desobstrução ocorreu em 24 horas			

#### Características do acesso do cidadão à SR

Canais de acesso Assuntos

1-TELEFONE Eventuais Ocupações de em margens de Rodovias

Estaduais e Federais.

2-PESSOALMENTE Ocupações irregulares ocorridas no PA Ponta do Mel e

Denuncia realizada através do MEMO nº. 14/2017/OAN

## Canais de Acesso



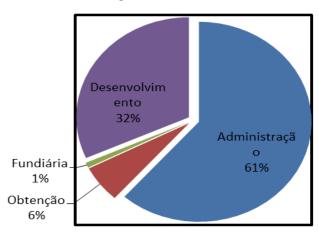
O item 9.2, quadro 22 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

### 7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

#### 7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

Quadro 17- Principais Receitas

## **Principais Receitas**



Principais receitas (em milhares de reais)	2016	2017	2018
Administração	3.288,67	3.712,20	
Obtenção	583,05	2.548,38	
Fundiária	133,95	38,69	
Desenvolvimento	5.247,26	368,55	
Total	9.252,93	6.667,82	R\$ 0,00

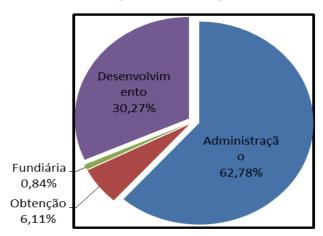
Fonte: Consultas para elaboração do RG, disponíveis em

http://wiki.incra.gov.br/index.php/DOCUMENTOS\_SUPERINTEN%C3%8ANCIAS\_REGIONAIS\_RG\_2016 http://wiki.incra.gov.br/index.php/DOCUMENTOS\_SUPERINTENDC3%8ANCIAS\_REGIONAIS\_RG\_2017

A Superintendência do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte é uma Unidade descentralizada do INCRA e não consta como Unidade Orçamentária no Orçamento da União. Por isso não possui um Orçamento de Receitas e Despesas, tendo todas os Projetos e atividades desenvolvidas, com respaldo em Provisões Orçamentárias e Repasses financeiros do INCRA-SEDE.

Os valores indicados acima foram relacionados por Divisão responsável pela Gestão do recurso. Por exemplo: No ano de 2017 a Superintendência do INCRA no RN recebeu, a título de Provisão do INCRA/SEDE, o importe exato de R\$ 3.718.465,98, para desempenhar ações afetas à Divisão de Administração.

## **Principais Despesas**



Principais	despesas (em m	nilhares de red	ais)	2016	2017		2018	
Administraçã	ão			2.623,34	2.6	660,83		
Obtenção				483,18	R\$ 2	258,77		
Fundiária				114,48	R\$	35,74		
Desenvolvi	mento			2.105,96	R\$ 1.2	283,15		
Total				R\$ 5.326,96	R\$ 4.238,	,49	R\$ 0,00	
Fonte:	Consultas	para	elaboração	o do	RG,	dispo	níveis	em

http://wiki.incra.gov.br/index.php/DOCUMENTOS\_SUPERINTEND%C3%8ANCIAS\_REGIONAIS\_RG\_2016 http://wiki.incra.gov.br/index.php/DOCUMENTOS\_SUPERINTEND%C3%8ANCIAS\_REGIONAIS\_RG\_2017

A exemplo das Receitas, as Despesas acima citadas foram consolidadas de acordo com as ações afetas às Divisões existentes na Estrutura Regimental das Superintendências do INCRA.

Foram relacionadas as despesas liquidadas, considerando nessa condição àquelas onde o credor já cumpriu sua obrigação de fornecer o material/bem e/ou prestar o serviço, mas que a Administração ainda não providenciou o pagamento.

Observa-se tanto na parte das provisões recebidas quanto na das despesas liquidadas que houve uma redução de 2016 para 2017. Em termos percentuais essas reduções foram de 27,93% e 20,43%, respectivamente.

Como já destacado, esta Unidade não possui dotações próprias consignadas no Orçamento da União, por isso as colunas de previsões para o exercício de 2018 ficaram sem preenchimento.

#### 7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 19 - Demonstrações Contábeis

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Financeiro	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do-norte/balanco_financeiro_2017.pdf
Balanço Orçamentário	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do-norte/balanco_orcamentario_2017.pdf
Balanço Patrimonial	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra- es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do- norte/balanco_patrimonial_2017.pdf
Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra- es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do- norte/demonstracao_das_variacoes_patrimoniais_2017.pdf
Demonstração do Fluxo de Caixa	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra- es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do- norte/demonstracoes_do_fluxo_de_caixa_2017.pdf
Notas Explicativas:	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-19rio-grande-do-norte/notas_explicativas_as_demonstracoes_contabeis_de_2017.pdf

Declaração do Contador: vide tabela 05 do item 9.4

#### 7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

#### 7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, dentre outras subcontas, registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas diversas modalidades existentes.

No exercício de 2017 os saldos inicial e final da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos importaram em R\$ 180.920.601,95, o que indica não ter sido registrada movimentação relativa à concessão de novos créditos no referido exercício.

#### Saneamento processual dos processos individuais do beneficiário

Com relação aos antigos créditos (contratos assinados até 26/12/2013), no âmbito da SR(19), até o momento, 45 (quarenta e cinco) beneficiários tiveram o cadastramento de modalidades encerrado no SNCCI, ou seja, tiveram seus processos individuais saneados com o cadastramento de todas as modalidades recebidas pelo beneficiário. Ação indispensável para enquadramento ou não dos créditos concedidos ao beneficiário nas regras de remissão.

Já com relação às novas modalidades de crédito, ressalta-se que para concessão dos mesmos, os processos individuais já se encontram devidamente instruídos, sendo que alguma possível pendência é saneada antes da concessão, pois existem vários controles internos no SNCCI e no próprio sistema bancário que impedem a concessão para beneficiários inaptos.

# Estágio de implementação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI)

O Sistema Nacional de Concessão de Créditos de Instalação (SNCCI) disponibiliza todas as funcionalidades necessárias à concessão dos novos créditos bem como para o cadastro dos créditos antigos a cobrar ou remitir. O sistema aguarda apenas a regulamentação da Lei 13.001/2014 para liberação de módulo relativo à cobrança dos antigos créditos.

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), está em fase de construção, módulo do SNCCI que auxiliará as superintendências regionais no tratamento de inadimplentes com a emissão de notificações para regularização de débitos e de encaminhamento para Dívida Ativa, e também um módulo de relatórios personalizáveis para acompanhamento e gestão. Atualmente estão disponíveis alguns relatórios mais usuais e um relatório analítico onde é possível filtrar demais informações desejadas.

Ainda segundo à DA, por exigência da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o SNCCI deveria estar apto, ainda em 2017, a gerar Guias de Recolhimento da União (GRU) registradas, pois somente este modelo seria aceito pelos bancos para pagamento. O sistema foi adaptado e agora todas as GRUs geradas são registradas em conformidade com as novas regas do sistema bancário. Cabe ressaltar que a Sala da Cidadania Digital permite também que o próprio beneficiário emita sua GRU para pagamento em qualquer localidade com acesso à internet.

## Análise crítica do volume de remissões, renegociações, liquidações e inadimplências das dívidas

Na SR(19) um total de 1229 (hum mil duzentos e vinte e nove) créditos que perfazem R\$ 5.597.360,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta reais) já foram lançadas no SNCCI (aplicação finalizada) e destes, 90 (noventa) créditos no montante de R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais) estão disponíveis para remissão, não havendo créditos remidos.

Ainda não ocorreram liquidações nos antigos créditos tendo em vista a não regulamentação da Lei 13.001/2014 no que tange ao pagamento dessas dívidas. Por consequência, não foram realizadas negociações nem liquidações e a inadimplência ainda não pôde ser computada.

Com relação ao Crédito Novo (Contratos assinados a partir de 26/05/2014), no exercício de 2017 foram disponibilizadas para emissão, desconsiderando os recálculos, 12.583 (doze mil quinhentos e oitenta e três) Guias de Recolhimento da União – Cobrança em âmbito nacional com vencimento dentro do exercício, ou seja, créditos que foram concedidos em 2014 (Apoio Inicial I) e 2016 (Fomento Mulher). Destes 11.116 (onze mil, cento e dezesseis) foram pagos no exercício, o que totaliza uma inadimplência de aproximadamente 11,66% em todo Brasil.

No âmbito da SR(19), não foram disponibilizadas GRUs de cobrança de créditos novos, com prazo de vencimento para 2017, não havendo como avaliar percentuais de adimplência em relação aos valores vencidos neste exercício.

A fonte de informação é o SNCCI, Relatório Geral – Prestações de 09/02/2018 cujo critério de filtragem foi prazo final para pagamento dentro do exercício 2017, data do crédito no cartão anterior à 01/01/2017, situação do crédito igual a ativo e situação da prestação diferente de vencida e de recalculada.

#### Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total do Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos, do Ativo Realizável a Longo Prazo, em nível nacional, quase que a totalidade do saldo está registrado na Conta 12111.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, cujo montante ao final de 2017 totalizou R\$ 5.817.479.431,86.

Esta conta registra o montante dos recursos emprestados aos beneficiários da reforma Agrária, a título de Crédito Instalação (crédito antigo) nas suas diversas modalidades, concedidos desde 1985, sendo que estes valores somente podem ser baixados pela remissão ou conforme o caso, após pagamento pelos devedores dos empréstimos.

No entanto, para que isto aconteça as Superintendências Regionais do INCRA, particularmente às Divisões de Desenvolvimento devem cadastrar todos os processos de créditos concedidos no SNCCI — Sistema Nacional de Cadastro e Concessão do Crédito Instalação. Realizado este procedimento, estima-se que os beneficiários atendidos terão boa parte de suas dívidas remitidas, conforme dispõe a Medida Provisória 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014.

No exercício de 2017, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento (DD), foram emitidos, em âmbito nacional, 20.460 (vinte mil, quatrocentos e sessenta) cartões distribuídos nas Modalidades de Crédito de Instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Dentre eles 10.971 (dez mil, novecentos e setenta e um) cartões da primeira modalidade. Destes foram 3.506 (três mil quinhentos e seis) por meio do Decreto 8.256/2014 e 7.465 (sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco) pelo Decreto 9.066/2017. Na outra modalidade executada foram 9.489 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove) cartões, dentro os quais 817 (oitocentos e dezessete) via Decreto 8.256/2014 e 8.672 (oito mil, seiscentos e setenta e dois) pelo Decreto 9.066/2017. Apesar de serem concedidos no ano de 2017, a cobrança será

realizada em exercícios posteriores, respeitados os prazos de carência de cada modalidade.

#### 7.3.2 Créditos a receber de parceleiros

#### **Saneamento processual:**

Com relação as prestações a cobrar dos títulos de domínio, as informações ainda são controladas de forma manual e estão presentes em cada processo individual dos beneficiários/mutuários.

O Setor de Titulação, à vista das informações contidas nos Processos individuais dos Assentados, encaminha os referidos Processos ao Serviço de Orçamento e Finanças com as informações sobre o débito e o devedor e este emite a GRU de cobrança, a qual é entregue ao Assentado através de servidores do Setor de Titulação.

Após a apresentação dos comprovantes de pagamento pelos Assentados, as Guias são juntadas aos Processos individuais de cada um.

# [Estágio de implementação do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária (SNT)]

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), foi criado um Grupo de Trabalho através da Portaria Incra nº 629/2017, publicada no DOU nº 209 de 31/10/2017 e cujos trabalhos foram prorrogados pela Portaria Incra nº 719/2017, publicada no DOU nº 249 de 29/12/2017, que visa a especificação do escopo de pré-requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Títulos (SNT). A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no final de fevereiro/2018 e a demanda para o desenvolvimento do sistema seja oficializada na sequência, seguindo os ritos previstos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04 de 12/10/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por se tratar de uma demanda antiga, um dos módulos do sistema, o de Titulação Quilombola, já se encontra em fase de testes para homologação pelos gestores da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), devendo ser disponibilizado assim que concluído.

Ainda segundo informações da DA, já foi elaborada outra ferramenta que deverá substituir a atual que é utilizada para cálculo das prestações dos títulos de domínio. Atualmente os cálculos são realizados através do aplicativo TDominio que utiliza banco de dados Access, mas que carece de maior agilidade e controle. A nova ferramenta deverá passar pela aprovação da alta direção e, caso aprovada, deverá ser colocada à disposição ainda no primeiro semestre de 2018.

#### Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total registrado, em nível nacional, no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, cujo saldo ao final de 2017 foi de R\$ 7.831.298.302,49, a conta contábil que representa quase a totalidade deste montante é a 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária, que apresentou o saldo de R\$ 7.827.776.615,89.

A conta 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária tem a função de "registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal" (fonte: SIAFI).

O próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1320/2017, informa que: "o Incra relatou que o saldo da conta 1.2.1.2.1.1.98.08 não reflete a realidade. Para que isso ocorra, faz-se necessário que a autarquia desenvolva um sistema integrado para controle da evolução patrimonial dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária e regularização fundiária até a sua efetiva titulação e pagamento pelos parceleiros/posseiros dos valores devidos à União. Para tanto, a autarquia afirma que se encontra em desenvolvimento o Sistema Nacional de Titulação, capaz de suprir todas as necessidades e questões fundiárias afetas ao órgão, cujo prazo para entrada em produção ainda não é possível precisar".

Diante do exposto, a Coordenação-Geral de Contabilidade na Sede do INCRA e o Serviço de Contabilidade nas Superintendências Regionais, somente poderão registrar as variações patrimoniais na conta contábil acima, quando forem disponibilizadas pelas áreas técnicas competentes as informações necessárias.

#### Análise crítica do volume de liquidações e inadimplências das dívidas

Com relação aos títulos de domínio, em âmbito nacional, foram liquidados 6.487 GRUs no total de R\$ 14.339.519,96, porém a inadimplência não pôde ser computada, pelo fato dos sistemas atualmente responsáveis pela emissão dos títulos e pelo cálculo das prestações não possuírem funcionalidades ligadas à cobrança e arrecadação, situação que deverá ser ajustada com o advento do Sistema Nacional de Títulos de Domínio (SNT). No novo sistema, os servidores passarão a ter a possibilidade de registrar, não só as informações sobre pagamento dos títulos emitidos, como também poderão registrar os pagamentos feitos no passado.

Os valores foram obtidos do Sistema de Gestão de Recolhimento da União (SISGRU), de onde foram filtrados todos os registros com código de recolhimento iguais a 28874 (Alienação de Imóveis Rurais Reforma Agrária) e com data de contabilização no SIAFI dentro do exercício de 2017 da unidade gestora arrecadadora 373001.

Em relação às informações desta superintendência regional, tendo em vista que a cobrança é feita via GRU Simples e, dadas às limitações já citadas dos controles existentes, os quais ainda são manuais, mediante busca de informações nos Processos individuais, não foi possível obter a informação sobre os valores pagos em 2017.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 79

#### 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

#### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Deliberações do TCU pe	ndentes de atendimento
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
INCRA – SR 19	
Divisões	
Total	xxxx

	Quadro da situação das deliberaç	ões do TCU	de maior impacto*
Deliberação	Número e Descrição sucinta do item da deliberação	Situação **	Providências adotadas / Ações implementadas/justificativa para o não implementação
1 976/2017	27 837 indícios de irregularidades	atendimento	Diligencias para apurar os indícios de irregularidades apontados".

<sup>\*</sup> Deliberações proferidas no exercício de referência e no exercício anterior, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

### 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendações pend	entes de atendimento
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de recomendações
INCRA – SR 19	X
Divisões	y
Total	XXXX

Quadi	ro da situação das j	principais rec	omendações da CGU*
Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para o não atendimento
Relatório CGU XX/2016 Relatório CGU XX/2017			
Relatório CGU XX/2016 Relatório CGU XX/2017			

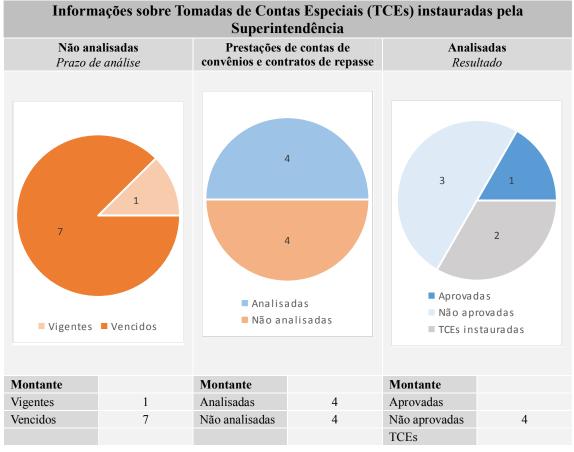
<sup>\*</sup> Recomendações qualificadas no Sistema Monitor (CGU) como: estruturantes, com indicativo de reposição ao erário ou apuração de responsabilidade.

<sup>\*\*</sup> Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

\*\* Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

## 8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Quadro 20 – Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência.



#### Análise:

A partir do exercício de 2010, em decorrência do Acórdão/TCU/578/10 – Plenário, o INCRA Sede adotou como prática para a regularização dos convênios com prazo de Prestação de Contas expirado, a criação de Grupos de Trabalho nas Superintendências Regionais e também de um Grupo de Supervisão Nacional, para monitorar os trabalhos a partir da Sede da Autarquia.

Para o exercício de 2017, encontra-se vigente a Ordem de Serviço nº 19/2015/INCRA/SR-19/G, a qual determinou a constituição do Grupo de Trabalho e Execução (GTE) nesta Superintendência Regional com vistas à tramitação e instrução dos Processos de Convênios com Prestações de Contas com prazo de análise expirado, mas ainda pendentes de análise e registros de Aprovação/Inadimplência no Sistema SIAFI.

Durante esse exercício de 2017 foi finalizada a análise a Prestação de Contas e regularizado o registro de 06 (seis) convênios, de um total de 10 (dez) que estavam em situação de A Aprovar em 31/12/2016; o equivalente a 60% de redução efetiva do Estoque de Convênios A Aprovar.

Ressalta-se ainda que dos 04 (quatro) convênios em situação de A Aprovar em 31/12/2017, apenas 01 (SIAFI 526391) não teve a análise da Prestação de Contas Final iniciada, pois aguarda providências de sua inclusão no SEI e convocação da Equipe de Brasília (SEDE) para realizar a análise que está sob sua responsabilidade.

Sobre os Convênio A Comprovar, dos 04 (quatro) existentes no Cadastro em 31/12/2017, 03 (SIAFI: 527093, 701420 e 683020) serão notificados para, no prazo de trinta dias, apresentar a Prestação de Contas e/ou recolher os saldos de recursos existentes em Conta.

Em relação à instauração de Tomada de Contas Especial, apenas 01 Processo (SIAFI 511822) já teve as medidas administrativas internas esgotadas. Para esse Processo, a pedido da Convenente, foi designada equipe externa para a Condução do Processo, já nomeada através da Portaria INCRA nº 01/2017/INCRA/SR-19/G, de 13/03/2017. Aguarda-se o deslocamento da Comissão para o 1º Semestre de 2018

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quanto ao Cronograma de pagamentos de obrigações do INCRA/SR(19), informamos que, na forma como é possível, é respeitada uma ordem cronológica no que diz respeito ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, conforme dispõe o art. 5º da Lei 8.666/93. No entanto, os pagamentos são realizados na medida em que os produtos/serviços são entregues e as notas fiscais são devidamente atestadas e entregues ao setor competente para liquidação e pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e no Contrato e que podem ocorrer atrasos no pagamento em virtude da não regularidade do fornecedor/prestador de serviços e/ou falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal.

É imperioso afirmar e deixar claro que não somos os responsáveis pelas liberações financeira e orçamentária que possibilitam atendermos as emissões de empenho ordinários e os pagamentos ordeiros da SR, mas sim a Sede através da Coordenação de Finanças – DAF.

Após o recebimento da nota fiscal e verificado que o produto/serviço foi entregue, o

fiscal do contrato elabora relatório e registra a medição no SIASG/SICON. Depois disso, a nota fiscal e demais documentações passam pelo crivo contábil, os quais, após análise, podem ser consideradas aptas ou não para pagamento. Após esse momento, os autos são encaminhados para o Serviço de Orçamento e Finanças, onde é verificada a regularidade fiscal, e outros quesitos necessários ao pagamento, e após isso realizamos a apropriação a despesa no SIASG (contratos registrados no SICON) e SIAFI (outros tipos de contrato ou outras despesas).

Passada essa fase de apropriação, podemos inferir que a despesa está totalmente apta ao pagamento, necessitando apenas de recursos financeiros para finalizá-lo.

Desta forma, podemos informar que, após repassarmos à Sede os valores necessários para as despesas apropriadas, podem acontecer 03(três) situações:

- a) A Sede libera o valor financeiro total necessário para atender a todas as despesas apropriadas;
- b) A Sede demora a liberar o valor financeiro total necessário ao que está apropriado;
- c) A Sede libera apenas parte do valor financeiro total necessário, insuficiente para quitar os débitos.

Na situação A, cumprimos a risca o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, ou seja, a ordem cronológica de pagamento.

Na situação B, os valores vão se avolumando mais e mais, e os recursos apropriados viram uma bola de neve, mas de qualquer forma procuramos cumprir o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, na medida do possível.

Na situação C, como os valores liberados são insuficientes, às vezes o Ordenador prefere honrar despesas menores, ao invés de despesas maiores, ou seja, com R\$ 500 mil prefere pagar dez despesas de R\$ 50 mil a uma de R\$ 500 mil, mas sempre levando em conta o disposto no art.5° da Lei 8.666/1993.

Desta forma, informo que em condições normais de repasse financeiro sempre cumprimos o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, assim como em condições não normais com algumas ressalvas, conforme situação C, prezando sempre para a motivação do ato administrativo, transparência, publicidade e probidade do gasto público.

## 9- Anexos e apêndices

# 9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ *Complementa informações do item 4.2.3*

Quadro 21 – Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Fler	nentos do sistema de controles internos a serem avaliados		Va	alor	es	
Elei	nentos do sistema de controles internos a serem avanados	1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de				X	

Flor	mentos do sistema de controles internos a serem avaliados		Va	alor	es	
Elei		1	2	3	4	5
	bens e valores de responsabilidade da unidade.					
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
	Legenda dos valores					
	<ol> <li>Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</li> </ol>					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco</u> <u>observado</u> no contexto da UJ.					
	<b>Neutra:</b> Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	<b>4. Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito</u> <u>observado</u> no contexto da UJ.					
	<ol> <li>Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</li> </ol>					

#### 9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Quadro 22 – Resultados do atendimento ao público externo2

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Divisão Administrativa	20	5	15	-	-
Divisão de Desenvolvimento	1069	60	1009	-	-
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	172	115	57	-	-
Gabinete Regional	465	127	338	-	-
Divisão de Obtenção de Terras	1558	328	1230	-	-
PFE	3	3	0	-	-
TOTAL	3.287	638	2.649	-	-

Informações extraídas do Sistema SAP – Sistema de Atendimento ao Público, desenvolvido pela TI da SR19. Demandas recebidas no ano de 2017, considerando os dados apresentados pelo <u>relatório analítico</u>, em especial a coluna "Em análise", entenda-se o fato de corresponder a 80% da demanda, não significar que as mesmas não foram atendidas, em muitos casos tratase apenas de informar no sistema o seu atendimento.

#### 9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO

Índice de abrangên	cia de capacitação (%)	
20:	17	2018
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0	56	0
Memória de cálculo:		

#### ÍNDICE DE HORAS DE CAPACITAÇÃO

2	2017	2018
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0	1.120 horas	0

2017	,	2018
Meta	Realizado	Meta
2500	3879	3000

Índice 2017: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (4.665.490,03 - Fonte: SNCR) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (5.426.330,00 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de proce	essos de Certificação de Imóve	is (%)
201	7	2018
Meta	Realizado	Meta
982	1683	1000
Memória de cálculo:		

Índice 2017: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (1683 - Fonte: SIGEF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (1683 - Fonte: SIGEF) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)					
201	17	2018			
Meta	Realizado	Meta			
0,00	525	0,00			
Memória de cálculo:					

Índice 2017: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (525 - Fonte: SIR) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

### 9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

Tabela 1 PA's contemplados na Ação de Licenciamento Ambiental e na Ação de Gestão Ambiental

# GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – ANO 2017

ORDE M	PA	MUNICÍPIO	N° DE FAMÍLIAS BENEFICIA DAS
1	LAGOA NOVA II	IELMO MARINHO	60
2	SÃO SEBASTIÃO	CEARÁ MIRIM	240
3	SANTA ROSA	CERRO CORÁ	19
4	SERIDO	SÃO JOSÉ DO SERIDO	63
5	PROF MAURICIO DE OLIVEIRA	ASSU	70
6	BOA VISTA	LAJES	140
7	PROGRESSO	AFONSO BEZERRA	80
8	ALTO DA FELICIDADE	AFONSO BEZERRA	364
9	ARAPUÁ	IPANGUAÇU	27
10	PADRE PEDRO NEEFS	UPANEMA	37
11	CHICO MENDES	TOUROS	63
12	ZABELÊ	TOUROS	337
13	SANTA FÉ	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	41
14	BOA ESPERANÇA	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	50

15	LOGRADOURO	TAIPU	42
16	MARIA DAS GRAÇAS	JOÃO CÂMARA	45
17	SANTA ROSA	CERRO CORÁ	19
18	CASQUEIRA	AREIA BRANCA	76
19	RECANTO DA ESPERANÇA	MOSSORÓ	80
20	SÃO GERALDO	UPANEMA	40
21	SANTA FÉ	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	41
22	VINGT ROSADO	MOSSORÓ	85
23	SÃO SEBASTIÃO II	TOUROS	23
24	PIRANGI	GALINHOS	101
25	LAGOA DE BAIXO	GUAMARÉ	41
26	ALTO DA FELICIDADE	AFONSO BEZERRA	364
27	BOA VISTA	LAJES	140
28	MARIA DA PAZ	JOÃO CÂMARA	45
29	SERRA VERDE	JOÃO CÂMARA	42
30	LAGEADO	JOÃO CÂMARA	41
31	LAGINHA	JOÃO CÂMARA	10
32	ESPIRITO SANTO	CEARÁ-MIRIM	13
33	SANTA TEREZA	BENTO FERNANDES	19
34	PROGRESSO	AFONSO BEZERRA	80
35	BERNARDO MARIM	PUREZA	47
36	PRIMEIRA LAGOA	CEARÁ-MIRIM	36
37	PASSAGEM DO JUAZEIRO	SENADOR ELOI DE SOUZA	191
38	CHICO MENDES III	MACAIBA	40
39	QUILOMBO DOS PALMARES II	MACAIBA	47
40	ELDORADO DOS CARAJÁS	MACAIBA	80
41	NOVO HORIZONTE II	MAXARANGUAPE	60
42	ZUMBI/RIO DO FOGO	RIO DO FOGO	72
TOTAI	L DE FAMÍLIAS		3.511

Tabela 2 - retificação e análise do cadastro ambiental rural – CAR - 2017

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SR-19

PA	MUNICÍPIO	ÁREA DO PA NO CAR (ha)	N° DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1 °DE MAIO	CARAÚBAS	1692,4039	65
03 DE AGOSTO	LAGES	1992,5629	80
07 DE JUNHO	BENTO FERNANDES	137,5581	8
08 D EMARÇO	CARAÚBAS	825,3938	32
09 DE OUTUBRO	CARAÚBAS	1035,0264	41
25 DE JULHO	SÃO BENTO DO NORTE	2184,8168	100
ÁGUAS VIVAS	CEARÁ-MIRIM	466,7028	44
ALDEMIR LEMOS	BENTO FERNANDES	848,0582	30
ALTO DA COLINA	SANTA CRUZ	743,6907	28
ALTO DA FELICIDADE	PENDÊNCIAS	12123,6103	364
ALTO DAS GRAÇAS	PORTO DO MANGUE	640,3315	15
ARIZONA	TOUROS	5918,1390	180
BAIXA DA QUIXABA	SÃO BENTO DO NORTE	2390,1698	63
BARREIRA VERMELHA	MOSSORÓ	346,0888	20
BOCA DO CAMPO	PEDRA GRANDE	1754,8222	55
CAJU NORDESTE	SÃO BENTO DO NORTE	1217,2438	40
CARLOS MARIGUELA	IELMO MARINHO	591,6801	35
CASQUEIRA	AREIA BRANCA	1885,2475	76
CHICO REGO	GOV. DIX-SEPT ROSADO	2477,4396	60
FAZENDA FAVELA	MOSSORÓ	2823,9161	92
FAZENDA HIPÓLITO	MOSSORÓ	4867,0648	137
INDEPENDÊNCIA	MOSSORÓ	1059,9100	38
JERUSALÉM	TAIPU	1663,8707	80
JUREMA	MOSSORÓ	2035,0143	85
LAGEADO	JOÃO CÃMARA	1369,9827	41
LAGOA NOVA II	IELMO MARINHO	1343,1016	60
LAGOA VERMELHA	UPANEMA	1206,1149	34
MARACANAÚ	MOSSORÓ	1509,9103	50
MATA VERDE	ESPÍRITO SANTO	546,0538	28
MODELO	JOÃO CÃMARA	4602,4108	153

MULUGUNZINHO	MOSSORÓ	3997,9860	112
NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO	GOV. DIX-SEPT ROSADO	1558,2328	61
NOVA DESCOBERTA	CARNAUBAIS	3837,5913	130
NOVA OLINDA	CAIÇARA DO NORTE	6235,0283	161
NOVA VIDA	UPANEMA	3538,3713	114
OLGA BENÁRIO	MOSSORÓ	1707,5390	63
PADRE PEDRO NEEFS	UPANEMA	1197,1615	37
PEDRO EZEQUIEL DE ARAUJO	IPANGUAÇU	15642,12	529
PROF. MAURÍCIO DE OLIVEIRA	AÇU	3327,5292	70
RESISTÊNCIA POTIGUAR	CEARÁ-MIRIM	589,7196	43
SANTA AGOSTINHA	CARAÚBAS	952,9978	31
SANTA RITA DE CÁSSIA	MOSSORÓ	667,7181	40
SANTA ROSA	CERRO CORÁ	1392,5155	19
SANTA VITÓRIA	SÃO BENTO DO NORTE	1976,2512	69
SÃO GERALDO	UPANEMA	1350,5876	40
SÃO MANOEL II	UPANEMA	1203,7114	65
SERROTE SERRA BRANCA	SÃO RAFAEL	6635,7236	174
SOMBREIRO	UPANEMA	1311,5993	65
TABOLEIRO DO BARRETO	TAIPU	1345,3017	60
TERRA NOSSA	MOSSORÓ	535,1669	30
TERRA NOVA	GOV. DIX-SEPT ROSADO	433,5305	18
тімво́	ESPÍRITO SANTO	550,8513	29
TRÊS MARIAS	GOV. DIX-SEPT ROSADO	2207,8395	70
UIRAPURU	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	1645,7651	54
UMBURANAS	CERRO CORÁ	498,0549	20
UNIÃO	BARCELONA	877,4421	29
URSULINA	CARAÚBAS	1146,0721	45
VALE VERDE	MAXARANGUAPE	432,3202	38
VITÓRIA	BARAÚNAS	763,4823	35
ZUMBI DOS PALMARES	MACAIBA	289,4325	12
SOMBREIRO	UPANEMA	1311,5993	65
TERRA NOVA	GOV. DIX-SEPT ROSADO	433,5305	18
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	GOV. DIX-SEPT ROSADO	1558,2328	61
SÃO GERALDO	UPANEMA	1350,5876	40
OLGA BENÁRIO	MOSSORÓ	1707,5390	63

CASQUEIRA	AREIA BRANCA	1885,2475	76
INDEPENDÊNCIA	MOSSORÓ	1059,9100	38
JUREMA	MOSSORÓ	2035,0143	85
NOVA DESCOBERTA	CARNAUBAIS	3837,5913	130
PAU D'ARCO	CARNAUBAIS	1194,7331	30
SÃO JOSÉ	MOSSORO	557,4001	24
ALTO DO ORIENTE	SÃO BENTO DO NORTE	2506,6298	86
AMAZONAS	PARAZINHO	564,4146	23
	TOTAL DE PA	73	

Tabela 3 - Relação dos acampamentos em 2017

Ordem	Acampamento	Município	Mov. Soc.	N.° Fam.	N	L
1	Santa Julia	Mossoro	S.T.R.	100	9439205,64	684936,51
2	Cirilo de Oliveira Neto	Mossoro	M.S.T.	130	9442040,96	685500,72
3	Edivan Pinto	Apodi	M.S.T.	300	9381086,02	635720,83
4	Boa Sorte	Assu	C.P.T.	57	9379717,69	724306,12
5	Cora • çãoo de Jesus	Assu	C.P.T.	56	9379461,24	724164,85
6	Antonio Batista	Afonso Bezerra	M.S.T.	60	9402584,73	742074,77
7	Edivaldo Guerreiro	Carnaubais	M.S.T.	170	9411098,55	740991,13
8	Manoel de Matos	Santana do Matos	M.L.S.T.	80	9338717,39	753539,29
9	Fidel Castro II	Touros	M.S.T.	40	9421713,72	222080,65
10	Alto do Oriente	S.B. do Norte	M.L.S.T.	86	9420862,7	160399,45
11	Maria Aparecida II	Joao Camara	M.S.T.	53	9388455,02	193612,3
12	Dom Tomaz Balduino	Joao Camara	M.S.T.	300	9384166,55	187793,68
13	Nova Esperan • a (Tatiane Lindolfo)	Po•co Branco	M.S.T.	40	9378840,34	206702,16
14	Hugo Chaves	Ielmo Marinho	M.S.T.	73	9362469,94	220552,09
15	Gregorio Bezerra	Ielmo Marinho	M.S.T.	76	9349384,18	219300,06
16	Joao Pedro Teixeira	Taipu	M.S.T.	76	9381853,93	211990,03
17	Cicero Guedes	Touros	M.S.T.	45	9399792,55	196097,92
18	Santa Cicilia	Ceara Mirim	Assoc	13		
19	Maria Aparecida III	S.G.Amarante	M.S.T.	58		
20	Jose Martins	Canguaretama	M.S.T.	43	9296974,88	260857,88
21	Fidel Castro	Montanhas	M.S.T.	24	9284356,72	249016,72

22         Pedra Tapada)         Nova Cruz         M.S.T.         38         9283714,9         225606,86           23         Il de Janeiro         Campestre         M.L.S.T.         300         300114,09         201269,52           24         Primeiro de Maio         Passa e Fica         M.L.S.T.         160         9290128,01         206795,91           25         23 de Maio         Vera Cruz         M.S.T.         180         9330217,32         231719,37           26         Roselí Nunes         Vera Cruz         M.S.T.         150         933217,32         231719,37           27         Alto da Felicidade III         Monte Alegre         M.L.S.T.         120         932632,35         237962,87           28         Benicio Pinheiro         Macaiba         M.S.T.         150         9344170,8         227150,27           29         Libertacao         Macaiba         M.S.T.         16         9365286,26         239318,48           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355229,51         231605,86           32         Ne		Madre Cristina (Faz.					
23	22	Pedra Tapada)	Nova Cruz	M.S.T.	38	9283714,9	225606,86
24         Primeiro de Maio         Passa e Fica         M.L.S.T.         160         9290128,01         206795,91           25         23 de Maio         Vera Cruz         M.L.S.T.         180         9330217,32         231719,37           26         Roselí Nunes         Vera Cruz         M.S.T.         53         9333162,05         228517,54           27         Alto da Felicidade III         Monte Alegre         M.S.T.         120         9326323,85         237962,87           28         Benicio Pinheiro         Macaiba         M.S.T.         150         9344170,8         227150,22           29         Libertacao         Macaiba         M.S.T.         31         9339345,17         234144,54           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355229,51         231605,86           32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         9355758,21         233843,78           33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35			Sao Jose				
25         23 de Maio         Vera Cruz         M.L.S.T.         180         9330217,32         231719,37           26         Roselí Nunes         Vera Cruz         M.S.T.         53         9333162,05         228517,54           27         Alto da Felicidade III         Monte Alegre         M.L.S.T.         120         9326323,85         237962,87           28         Benicio Pinheiro         Macaiba         M.S.T.         150         9344170,8         227150,22           29         Libertacao         Macaiba         M.S.T.         150         9344170,8         227150,22           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355229,51         231605,86           32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         9355758,21         233843,78           33         Luiz Gorzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376213,6         241052,87           36         C	23		Campestre	M.L.S.T.	300	9300114,09	201269,52
26         Roselí Nunes         Vera Cruz         M.S.T.         53         933162,05         228517,54           27         Alto da Felicidade III         Monte Alegre         M.L.S.T.         120         9326323,85         237962,87           28         Benicio Pinheiro         Macaiba         M.L.S.T.         150         9344170,8         227150,22           29         Libertacao         Macaiba         M.L.S.T.         31         9339345,17         234144,54           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355229,51         231605,86           32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         935578,21         233843,78           33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         114         9376121,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38	24	Primeiro de Maio	Passa e Fica	M.L.S.T.	160	9290128,01	206795,91
27         Alto da Felicidade III         Monte Alegre         M.S.T.         120         9326323,85         237962,87           28         Benicio Pinheiro         Macaiba         M.S.T.         150         9344170,8         227150,22           29         Libertacao         Macaiba         M.L.S.T.         31         9339345,17         234144,54           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355758,21         231605,86           32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         9355758,21         233843,78           33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         114         9376115,03         234616,36           34         Irma Dorothe         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38	25	23 de Maio	Vera Cruz	M.L.S.T.	180	9330217,32	231719,37
Benicio Pinheiro   Macaiba   M.S.T.   150   9344170,8   227150,22	26	Roselí Nunes	Vera Cruz	M.S.T.	53	9333162,05	228517,54
29         Libertacao         Macaiba         M.L.S.T.         31         9339345,17         234144,54           30         Pequena Dandara         S.G. do Amarante         M.S.T.         216         9365286,26         239318,48           31         Luiz Carlos Prestes         S.G. do Amarante         M.S.T.         59         9355229,51         231605,86           32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         9355758,21         233843,78           33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         114         9376115,03         234616,36           34         Irma Dorothe         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resiste	27	Alto da Felicidade III	Monte Alegre	M.L.S.T.	120	9326323,85	237962,87
S.G. do Amarante   M.S.T.   216   9365286,26   239318,48	28	Benicio Pinheiro	Macaiba	M.S.T.	150	9344170,8	227150,22
31	29	Libertacao	Macaiba	M.L.S.T.	31	9339345,17	234144,54
32         Nelson Mandela         S.G. do Amarante         M.S.T.         98         9355758,21         233843,78           33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         114         9376115,03         234616,36           34         Irma Dorothe         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebast	30	Pequena Dandara	S.G. do Amarante	M.S.T.	216	9365286,26	239318,48
33         Luiz Gonzaga         Ceara Mirim         M.S.T.         114         9376115,03         234616,36           34         Irma Dorothe         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião	31	Luiz Carlos Prestes	S.G. do Amarante	M.S.T.	59	9355229,51	231605,86
34         Irma Dorothe         Ceara Mirim         M.S.T.         75         9376213,6         241052,87           35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         40         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.S.T.         41         939233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo <td>32</td> <td>Nelson Mandela</td> <td>S.G. do Amarante</td> <td>M.S.T.</td> <td>98</td> <td>9355758,21</td> <td>233843,78</td>	32	Nelson Mandela	S.G. do Amarante	M.S.T.	98	9355758,21	233843,78
35         Chico Santana         Ceara Mirim         M.S.T.         67         9376269,9         241224,76           36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         44         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.S.T.         18         9393233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         93949039,4         209100,7           Nossa Senhora de         <	33	Luiz Gonzaga	Ceara Mirim	M.S.T.	114	9376115,03	234616,36
36         Cicero Pedro         Ceara Mirim         M.S.T.         96         9374991,08         238315,76           37         Leonardo Silva         Extremoz         M.S.T.         25         9372038,62         247690,43           38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         44         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.L.S.T.         18         9393233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         9394819,89         247251,05           Renascer II         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9349039,4         209100,7           48         Retomada Camponesa	34	Irma Dorothe	Ceara Mirim	M.S.T.	75	9376213,6	241052,87
Santana (BR-304)   Sao Pedro   Santana (BR-304)   Sao Tome   Santana (BR-304)   Santana	35	Chico Santana	Ceara Mirim	M.S.T.	67	9376269,9	241224,76
38         Marcos Aurelio         Ceara Mirim         M.S.T.         43         9379276,18         228862,03           39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         44         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.S.T.         18         9393233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         9394819,89         247251,05           Renascer II         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9349039,4         209100,7           46         Santana (BR-304)         Sao Pedro         AMASSP         26         9352313,36         207133,05           47         Anita Garibaldi         Sao Tome         M.L.S.T.         50         9338609,24         168277           48         Retomada Camponesa	36	Cicero Pedro	Ceara Mirim	M.S.T.	96	9374991,08	238315,76
39         Filhos da Terra         Ceara Mirim         M.S.T.         25         9386722,72         227437,04           40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         44         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.L.S.T.         18         9393233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         9394819,89         247251,05           Renascer II         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9349039,4         209100,7           Nossa Senhora de         Santana (BR-304)         Sao Pedro         AMASSP         26         9352313,36         207133,05           47         Anita Garibaldi         Sao Tome         M.L.S.T.         50         9338609,24         168277           48         Retomada Camponesa         Potengi         M.S.T.         23         9332769,08         202847,79           49         Maria d	37	Leonardo Silva	Extremoz	M.S.T.	25	9372038,62	247690,43
40         Resistencia Camponesa         Ceara Mirim         M.S.T.         26         9382264,68         236808,76           41         Irisvaldo Lima         Ceara Mirim         M.S.T.         44         9382236,96         250538,81           42         Belo Monte         Maxaranguape         M.S.T.         10         9394197,08         240445,58           43         São Sebastião         Maxaranguape         M.L.S.T.         18         9393233,64         240052,09           44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         9394819,89         247251,05           Renascer II         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9         9349039,4         209100,7           Nossa Senhora de         Santana (BR-304)         Sao Pedro         AMASSP         26         9352313,36         207133,05           47         Anita Garibaldi         Sao Tome         M.L.S.T.         50         9338609,24         168277           48         Retomada Camponesa         Potengi         M.S.T.         23         9332769,08         202847,79           49         Maria das Gra • as I e II         Souza         M.S.T.         23         9344902,24         238821,39           50 </td <td>38</td> <td>Marcos Aurelio</td> <td>Ceara Mirim</td> <td>M.S.T.</td> <td>43</td> <td>9379276,18</td> <td>228862,03</td>	38	Marcos Aurelio	Ceara Mirim	M.S.T.	43	9379276,18	228862,03
41       Irisvaldo Lima       Ceara Mirim       M.S.T.       44       9382236,96       250538,81         42       Belo Monte       Maxaranguape       M.S.T.       10       9394197,08       240445,58         43       São Sebastião       Maxaranguape       M.L.S.T.       18       9393233,64       240052,09         44       Rosa Luxemburgo       B.Maxaranguape       M.S.T.       41       9394819,89       247251,05         Renascer II       (Com.Sombra)       Sao Pedro       M.S.T.       9       9349039,4       209100,7         Nossa Senhora de       Sao Pedro       AMASSP       26       9352313,36       207133,05         47       Anita Garibaldi       Sao Tome       M.L.S.T.       50       9338609,24       168277         48       Retomada Camponesa       Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         8       Riacho de Ben • cao (Faz.       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171	39	Filhos da Terra	Ceara Mirim	M.S.T.	25	9386722,72	227437,04
42       Belo Monte       Maxaranguape       M.S.T.       10       9394197,08       240445,58         43       São Sebastião       Maxaranguape       M.L.S.T.       18       9393233,64       240052,09         44       Rosa Luxemburgo       B.Maxaranguape       M.S.T.       41       9394819,89       247251,05         Renascer II       (Com.Sombra)       Sao Pedro       M.S.T.       9       9349039,4       209100,7         Nossa Senhora de       Sao Pedro       AMASSP       26       9352313,36       207133,05         47       Anita Garibaldi       Sao Tome       M.L.S.T.       50       9338609,24       168277         48       Retomada Camponesa       Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	40	Resistencia Camponesa	Ceara Mirim	M.S.T.	26	9382264,68	236808,76
43       São Sebastião       Maxaranguape       M.L.S.T.       18       9393233,64       240052,09         44       Rosa Luxemburgo       B.Maxaranguape       M.S.T.       41       9394819,89       247251,05         Renascer II       (Com.Sombra)       Sao Pedro       M.S.T.       9       9349039,4       209100,7         Nossa Senhora de       Sao Pedro       AMASSP       26       9352313,36       207133,05         47       Anita Garibaldi       Sao Tome       M.L.S.T.       50       9338609,24       168277         48       Retomada Camponesa       Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	41	Irisvaldo Lima	Ceara Mirim	M.S.T.	44	9382236,96	250538,81
44         Rosa Luxemburgo         B.Maxaranguape         M.S.T.         41         9394819,89         247251,05           Renascer II         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9         9349039,4         209100,7           Nossa Senhora de         Sao Pedro         AMASSP         26         9352313,36         207133,05           47         Anita Garibaldi         Sao Tome         M.L.S.T.         50         9338609,24         168277           48         Retomada Camponesa         Potengi         M.S.T.         35         9345484,73         194598,07           49         Maria das Gra • as I e II         Souza         M.S.T.         23         9332769,08         202847,79           Riacho de Ben • cao (Faz.         Santa Ana)         Macaiba         M.L.S.T.         57         9344902,24         238821,39           51         Paulo Freire II         Angicos         M.S.T.         25         9387311,47         171339,24	42	Belo Monte	Maxaranguape	M.S.T.	10	9394197,08	240445,58
Renascer II (Com.Sombra) Sao Pedro M.S.T. 9 9349039,4 209100,7  Nossa Senhora de Santana (BR-304) Sao Pedro AMASSP 26 9352313,36 207133,05  47 Anita Garibaldi Sao Tome M.L.S.T. 50 9338609,24 168277  S.Paulo do Potengi M.S.T. 35 9345484,73 194598,07  Sen. Eloi de Maria das Gra • as I e II Souza M.S.T. 23 9332769,08 202847,79  Riacho de Ben • cao (Faz. Santa Ana) Macaiba M.L.S.T. 57 9344902,24 238821,39  Jardim de Angicos M.S.T. 25 9387311,47 171339,24	43	São Sebastião	Maxaranguape	M.L.S.T.	18	9393233,64	240052,09
45         (Com.Sombra)         Sao Pedro         M.S.T.         9         9349039,4         209100,7           Nossa Senhora de Santana (BR-304)         Sao Pedro         AMASSP 26         9352313,36         207133,05           47         Anita Garibaldi         Sao Tome         M.L.S.T.         50         9338609,24         168277           48         Retomada Camponesa         Potengi         M.S.T.         35         9345484,73         194598,07           49         Maria das Gra • as I e II         Souza         M.S.T.         23         9332769,08         202847,79           Riacho de Ben • cao (Faz.         Santa Ana)         Macaiba         M.L.S.T.         57         9344902,24         238821,39           51         Paulo Freire II         Angicos         M.S.T.         25         9387311,47         171339,24	44	Rosa Luxemburgo	B.Maxaranguape	M.S.T.	41	9394819,89	247251,05
Nossa Senhora de 46 Santana (BR-304) Sao Pedro AMASSP 26 9352313,36 207133,05 47 Anita Garibaldi Sao Tome M.L.S.T. 50 9338609,24 168277  48 Retomada Camponesa Potengi M.S.T. 35 9345484,73 194598,07  Sen. Eloi de 49 Maria das Gra • as I e II Souza M.S.T. 23 9332769,08 202847,79  Riacho de Ben • cao (Faz. Santa Ana) Macaiba M.L.S.T. 57 9344902,24 238821,39  51 Paulo Freire II Angicos M.S.T. 25 9387311,47 171339,24		Renascer II					
46       Santana (BR-304)       Sao Pedro       AMASSP 26       9352313,36       207133,05         47       Anita Garibaldi       Sao Tome       M.L.S.T. 50       9338609,24       168277         48       Retomada Camponesa       Potengi       M.S.T. 35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T. 23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Macaiba       M.L.S.T. 57       9344902,24       238821,39         50       Santa Ana)       Jardim de         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T. 25       9387311,47       171339,24	45	(Com.Sombra)	Sao Pedro	M.S.T.	9	9349039,4	209100,7
47       Anita Garibaldi       Sao Tome       M.L.S.T.       50       9338609,24       168277         48       Retomada Camponesa       S.Paulo do       Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24							
48       Retomada Camponesa       S.Paulo do Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         50       Santa Ana)       Jardim de Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	46	` '			26	9352313,36	207133,05
48       Retomada Camponesa       Potengi       M.S.T.       35       9345484,73       194598,07         49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         50       Santa Ana)       Jardim de         51       Paulo Freire II       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	47	Anita Garibaldi		M.L.S.T.	50	9338609,24	168277
Sen. Eloi de  49 Maria das Gra • as I e II Souza M.S.T. 23 9332769,08 202847,79  Riacho de Ben • cao (Faz. Santa Ana) Macaiba M.L.S.T. 57 9344902,24 238821,39  Jardim de Angicos M.S.T. 25 9387311,47 171339,24							
49       Maria das Gra • as I e II       Souza       M.S.T.       23       9332769,08       202847,79         Riacho de Ben • cao (Faz.       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         Jardim de       Jardim de       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	48	Retomada Camponesa	_	M.S.T.	35	9345484,73	194598,07
Riacho de Ben • cao (Faz. 50 Santa Ana) Macaiba M.L.S.T. 57 9344902,24 238821,39  Jardim de Angicos M.S.T. 25 9387311,47 171339,24	40	Maria das Carres I - II		1. C. T.		02227 50 00	202047.70
50       Santa Ana)       Macaiba       M.L.S.T.       57       9344902,24       238821,39         Jardim de       Jardim de       Angicos       M.S.T.       25       9387311,47       171339,24	49		Souza	M.S.T.	23	9332769,08	202847,79
Jardim de 51 Paulo Freire II Angicos M.S.T. 25 9387311,47 171339,24	50	*	Macaiba	міст	57	0344002 24	238821 20
51         Paulo Freire II         Angicos         M.S.T.         25         9387311,47         171339,24	30	panta Ana)		WI.L.S. I.	) <i> </i>	7344902,24	430041,39
	51	Paulo Freire II		МЅТ	25	9387311 47	171339 24
- <u>J</u> Δ μευτοία σαυσυτοίει μειασαίοα (VIΔ), I; Η 1 (7/1)(1/2)4./4 (/.14/7) I			_				1
53 Canudos Lagoa de Pedra M.S.T. 63 9322155,96 230114,68					+		

54	Vila Verde	Vera Cruz	M.L.S.T.	150	9332112,96	238177,07
55	Logradouro 1	Serra Caiada	M.L.S.T.	60		
56	Logradouro 2	Serra Caiada	M.L.S.T.	150	9319020	198536
57	Lagoa do Mato 1	Monte Alegre	M.L.S.T.	60		
58	Nossa S. de Fátima	Touros	M.L.S.T.	47		
59	Volta da Serra	Lagoa Nova	M.L.S.T.	250	9327832	774991
60	Maria Bonita	Macaiba	M.S.T.	26	9335878,72	230247,69
61	Margarida Alves	Ceará-Mirim	M.S.T.	30	9379075,88	233468,25
62	Três de Novembro	Guamaré	M.L.S.T.	367	9416047,06	798710,8
63	Josué de Castro	São Pedro	M.S.T.	80	9346887,14	870377,47
64	Dandará	Caicó	M.S.T.		9285188,31	717301,7

Tabela 4 - Relação dos poços a serem perfurados em parceria com a FUNASA

Tabela 4 - Relação dos poços a serem perfurados em parceria com a FUNASA					
Alto da Felicidade	Afonso Bezerra	364	4		
Paraíso II	Afonso Bezerra	120	2		
Progresso	Afonso Bezerra	80	2		
Prof. Maurício de Oliveira	Assú	70	1		
Dom Pedro II	Boa Saúde	41	1		
José Sotero da Silva	Caraúbas	30	2		
Santa Agostinha	Caraúbas	31	1		
Ursulina	Caraúbas	43	1		
Nove de Outubro	Caraúbas	41	1		
Irmã Doroty	Carnaubais	28	1		
Margarida Alves II	Carnaubais	22	1		
Rosa de Luxemburgo	Carnaubais	70	1		
Leonardo Silva	Ceará Mirim	25	1		
Umburanas	Cerro Corá	20	1		
Serra nova e Serra do Meio	Florânia	200	3		
Maria Cleide	Gov. Dix-Sept Rosado	17	1		
Santa Maria III	Guamaré	70	1		
Santa Paz	Guamaré	55	1		
Umarizeiro	Guamaré	73	1		
Pedro Ezequiel de Araújo	Ipanguassú	529	2		
Bargaço	Japi	211	5		
Baixa do Novilho	João Câmara	60	1		
Brinco de Ouro	João Câmara	82	2		
Chico Santana	João Câmara	43	1		
Lageado	João Câmara	41	1		
Marajó	João Câmara	52	1		

Maria da Paz	João Câmara	45	1
Maria das Graças	João Câmara	45	1
Modelo	João Câmara	153	2
Santa Terezinha	João Câmara	102	2
Serra Verde	João Câmara	42	1
Xoá	João Câmara	66	1
Vivará	João Câmara	60	1
Boa Vista	Lages	140	2
03 de agosto	Lages	80	2
Chico Mendes	Macaíba	40	1
Libertação	Macaíba	31	1
Eldorado dos Carajás	Macaíba	80	2
Margarida Alves	Macaíba	80	2
Encruzilhada	Macau	27	1
Sebastião Andrade	Macau	128	2
Venâncio Zacarias	Macau	30	1
Cheiro da Terra	Mossoró	45	1
Maisa	Mossoró	1150	2
1° Junho	Parazinho	30	1
Amazonas	Parazinho	23	1
Bom Trabalho	Parazinho	40	1
São Francisco II	Parazinho	23	1
São Pedro	Pedra Preta	150	2
Nova Conquista	Pedro Avelino	68	1
Nova Esperança	Pedro Avelino	40	1
Novo Horizonte	Pedro Avelino	80	2
Nova Aliança	Poço Branco	52	1
Brilho do Sol	Porto do Mangue	128	2
Alto do Oriente	São Bento do Norte	86	2
Maria das Graças II	Senador Eloi de Souza	23	1
Passagem do Juazeiro	Senador Eloi de Souza	191	3
Riacho do Meio	Serra Caiada	40	1
Chico Mendes	Touros	63	1
Esperança	Upanema	76	1
Palheiros	Upanema	354	1
Sabiá	Upanema	65	1
Sombreiro	Upanema	65	1
	TOTAIS	6459	93

Tabela 05 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
INCRA - Superintendência Regional/RN	373046		

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Créditos a Receber provenientes de Empréstimos Concedidos a beneficiários do Programa de Reforma Agrária e Créditos a receber em parcelas/lotes sem providências de efetiva cobrança e individualização dos recebíveis, bem assim de Constituição e Registro de Provisão para os Créditos de Liquidação Duvidosa.
- b) Falta de Registro Contábil de Bens Imóveis (Fazendas, Glebas, etc), adquiridos para fins de reforma Agrária, no Patrimônio da Unidade;
- c) Ausência de Controle das Contas que registram os Contratos Firmados e as Garantias Contratuais recebidas das contratadas.
- d) Falta de registros da depreciação mensal dos bens móveis no período de Janeiro a Dezembro de 2017.
- e) Saldos em Contas de Controle, representativas de Adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias pela nossa Unidade a entidades públicas e privadas, em situação de A Comprovar e A Aprovar há mais de 180 dias.

Em relação à conformidade contábil mensal, deveriam ter sido registradas as seguintes ocorrências no mês de dezembro/2017:

Restrição	Título	Grupo	Classificação da ocorrência
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112	alerta
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	199	alerta
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212	ressalva
656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA		
657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	270	ressalva

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Natal-RN	Data	13 de Março de 2018
Contador Responsável	Jailson Vicente da Silva	CRC nº	RN 006796/O